



Rua de Entrecampos, 9 – 1000-151 Lisboa

Telefone: 218110540

Fax: 218110545

Email: secretaria.geral@ump.pt

Indice

NOTA DO PRESIDENTE

INSTITUCIONAL

Ação Estratégica Secretariados Regionais Equipamentos Anexos

LINHAS DE SERVIÇO

Ação Social

Apoio a Projetos

Assuntos Jurídicos

Auditorias

Central de Negociações

Comunicação e Imagem

Formação Profissional

Grupo Misericórdias Saúde

Património Cultural

Relações Internacionais

Turicórdia

CONTAS

Balanço em 31 de dezembro de 2019

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2019

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2019

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2018

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2019

Demonstração de resultados por valência em 31 de dezembro de 2019

Anexo

Nota do Presidente

Enum momento de enorme angústia para toda a sociedade portuguesa que a UMP apresenta este relatório de atividades e contas, relativo ao ano de 2019. Um inimigo poderoso e invisível invadiu as nossas vidas, fechou-nos em casa, separou-nos da vida lá fora e remeteu-nos ao nosso espaço, apenas nos ligando pelas notícias tenebrosas do seu avanço e muitas vezes da nossa impotência em o enfrentar e vencer.

As Misericórdias têm passado, nos últimos anos, por momentos de muita pressão. Sobrevivemos às medidas de austeridade decorrentes do resgate financeiro que o nosso país precisou e, durante este período, mantivemos as nossas portas abertas a todos aqueles que precisaram da nossa ajuda.

Temos vindo também a resistir às dificuldades de tesouraria que decorrem, em grande parte, de desajustes entre as políticas públicas de comparticipação e o perfil dos utentes, especialmente os mais idosos. A UMP, em articulação com provedores de todo o país, tem vindo a falar sobre este desajuste há pelo menos 15 anos.

Os idosos estão cada vez mais dependentes e frágeis e vimo-nos agora confrontados com uma ameaça que coloca em risco as suas vidas. A desadequação sobre a qual temos vindo a falar torna-se, no quadro da pandemia de Covid-19, ainda mais óbvia.

É neste âmbito que se apresenta este documento cujo propósito é dar conta do trabalho desenvolvido pela UMP em 2019. Apesar do cenário devastador que vivemos agora, importa destacar que o último ano foi, apesar de alguns constrangimentos, muito positivo.

Tivemos um congresso fantástico em Albufeira, onde mais de 700 pessoas puderam ouvir especialistas sobre os mais variados temas e, ao mesmo tempo, estreitar laços e alavancar novas parcerias.

Tivemos também o congresso internacional em Macau. Pela primeira vez na nossa história, Misericórdias de todo o mundo estiveram reunidas em território asiático e, à semelhança do que aconteceu em Albufeira, houve oportunidade para partilha e debate sobre temas estruturais e projetos comuns.

Internamente demos passos importantes através de projetos estruturantes como, por exemplo, o modelo avançado de apoio domiciliário, as auditorias, a parceria com Santa Casa de Lisboa que se corporiza através do Fundo Rainha Dona Leonor, entre outros.

No quadro dos nossos estatutos, as reuniões dos Secretariados Regionais, do Conselho Nacional e também as assembleias-gerais foram momentos particularmente ricos no que respeita ao debate sobre temas estruturantes para as Misericórdias. Tivemos ainda, pela primeira vez, uma participação de cerca de 70 por cento das Misericórdias num ato eleitoral da UMP.

Por isso, e também por tudo o que continuaremos a construir inspirados pelas 14 obras de misericórdia, não podemos desistir. As Misericórdias são instituições que celebram a vida. Ninguém estava preparado para uma pandemia especialmente perigosa para os mais velhos, mas sabemos todos que juntos seremos certamente capazes de encontrar as melhores soluções para continuarmos a ser um dos principais atores da economia social no nosso país.

Manuel de Lemos

Presidente do Secretariado Nacional da UMP

Lisboa, 21 de maio de 2020



Institucional

AÇÃO ESTRATÉGICA

SECRETARIADOS REGIONAIS

EQUIPAMENTOS ANEXOS





Ação estratégica

Em 2019, a UMP manteve uma atuação pautada por dois grandes objetivos: melhorar cada vez mais o apoio prestado às Misericórdias num quadro de sustentabilidade e inovação e, ao mesmo tempo, reforçar a presença e credibilidade dessas instituições junto da sociedade. Neste âmbito, foram desenvolvidas diversas ações, entre as quais destacamos as seguintes:

ELEIÇÕES NA UMP

Os novos órgãos sociais da UMP foram eleitos no dia 07 de dezembro, num ato eleitoral que decorreu em Fátima, no Centro João Paulo II, e no qual participaram cerca de 70 por cento das Misericórdias portuguesas. A tomada de posse da nova equipa para o quadriénio 2020-2023 teve lugar no mesmo dia e contou com a presença da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho. A ministra da Saúde, Marta Temido, não esteve presente, tendo justificado a sua ausência com a preparação do orçamento de Estado.

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO

A UMP assinou, no dia 11 de julho de 2019 em Lisboa, o compromisso de cooperação para o biénio 2019-2020, que atualizou a comparticipação em 3,5% e criou equipas mistas de suporte técnico para apoiar instituições em risco de desequilíbrio financeiro.

Para dar nota às Misericórdias das principais alterações do novo compromisso de cooperação, a UMP promoveu três sessões de esclarecimento destinadas a dirigentes e técnicos. Fátima, Grândola e Vila do Conde foram as localidades que acolheram as sessões que tiveram lugar a 16, 17 e 18 de julho, respetivamente.

CONGRESSO NACIONAL

Missão, rigor e compromisso foi o mote que levou cerca de 700 pessoas ao Palácio de Congressos do Algarve, em Albufeira, onde decorreu o 13° Congresso Nacional das Misericórdias, entre os dias 7 e 10 de fevereiro. Com a presença de representantes da sociedade civil, políticos e empresários, os trabalhos ficaram marcados pelo reforço da importância da cooperação do Estado com o setor social.

CONGRESSO INTERNACIONAL E 450 ANOS DA MISERICÓRDIA DE MACAU

Reunidos em Macau, nos dias 13 e 14 de maio de 2019, para o 12° congresso internacional das Misericórdias, representantes de mais de 3000 Santas Casas afirmaram o seu papel de parceiros ativos na colaboração com os Estados no que respeita a políticas de saúde, educação, património, habitação e proteção social na colaboração com os Estados. O encontro decorreu pela primeira vez em território asiático e integrou as comemorações dos 450 anos da Misericórdia de Macau.





CAPACITAÇÃO UMP

Durante o ano de 2019, a UMP deu continuidade às quatro atividades da segunda fase do projeto de Capacitação (tipologia Capacitação institucional das organizações da economia social membros do CNES, POISE 03-4639-FSE-000290):

- Plataforma informática: modernização e inovação de processos
- Auditorias: novas estratégias de atuação e eficácia da gestão
- Modelo avançado de apoio domiciliário: estratégias para o envelhecimento
- UMPtv: agregar vontades e disseminar boas práticas

O objetivo transversal a todas as atividades é reforçar o papel da UMP enquanto entidade que representa e presta apoio às Misericórdias.

PROGRAMA QUALIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES AMIGAS DAS PESSOAS IDOSAS

O objetivo do Programa de Qualificação das Comunidades Amigas das Pessoas Idosas (PQCAPI) é proporcionar às Misericórdias e restantes entidades do setor solidário o acesso a uma linha de crédito que viabilize a requalificação das atuais estruturas de apoio aos idosos às novas realidades decorrentes do envelhecimento e também à nova legislação que, entretanto, saiu para este tipo de equipamentos.

Neste âmbito, a UMP concluiu a negociação com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), estando a aguardar que este e a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) terminem os aspetos técnicos do financiamento para que o mesmo possa ser divulgado por Aviso Público.

FUNDO RAINHA DONA LEONOR

Em 2019, o Fundo Rainha Dona Leonor (FRDL) teve continuidade através da assinatura de 43 novos contratos de financiamento. Até ao momento, no quadro desta parceria entre UMP e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, já foram apoiadas 132 Santas Casas, num investimento superior a 20 milhões de euros.

ACORDO SENHORA DO MANTO

No âmbito da parceria entre UMP e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) para integração de utentes da SCML nas vagas das Misericórdias e depois de uma fase experimental, foram desenvolvidos alguns esforços no sentido de melhorar o modelo de funcionamento do Acordo Nossa Senhora do Manto, com vista também a alargá-lo a todo o país.

SESSÃO DE ACOLHIMENTO A NOVOS PROVEDORES

A UMP manteve, em 2019, a sessão de acolhimento a novos provedores. O encontro teve lugar no dia 20 de março, na sede da UMP, e reuniu 20 dos 31 dirigentes eleitos para o quadriénio 2019-2022.





Além de uma sessão sobre história e atualidade das Misericórdias, o encontro contou também com a apresentação de serviços prestados pela UMP em áreas como a saúde e ação social, assuntos jurídicos, comunicação, património, auditorias, formação e voluntariado, entre outras.

REPRESENTAÇÕES

Em 2019, a UMP manteve a representação das Misericórdias em fóruns variados como Conselho Económico e Social, o Conselho Nacional de Economia Social, a Comissão Permanente do Setor Social e a Comissão Nacional de Cooperação, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), Confederação Portuguesa de Economia Social, entre outros.

Decorreram também diversas reuniões com representantes do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação para discussão sobre temas determinantes para a atividade das Misericórdias.

No âmbito do quadro comunitário Portugal 2020, a União acompanhou, ao longo do ano, as reuniões dos comités de acompanhamento dos seguintes programas operacionais: Inclusão Social e Emprego; Capital Humano; Regional NORTE 2020; Regional CENTRO 2020; Regional LISBOA 2020; Regional ALENTEJO 2020; Regional ALGARVE 2020; Regional Madeira e Regional Açores.

VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA

No âmbito da 81ª Volta a Portugal e do protocolo celebrado em 2016 entre UMP, Santander Totta e Podium Events, a Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI, da UMP, e 9 Misericórdias (Bragança, Castelo Branco, Fafe, Felgueiras, Guarda, Marinha Grande, Pampilhosa da Serra, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Gaia e Viseu) foram contempladas com bicicletas de fisioterapia ou eletrocardiógrafo.

Secretariados Regionais

os Secretariados Regionais da UMP mantiveram com regularidade as suas reuniões, tendo contado, pontualmente, com a participação do presidente e outros membros do Secretariado Nacional. Participaram igualmente em todas as reuniões, ordinárias e extraordinárias, do Conselho Nacional da UMP.

Além da participação nas reuniões ordinárias para debate de temas estruturais para as Santas Casas e representação da UMP em eventos diversos, os Secretariados Regionais mobilizaram-se para envolver o maior número possível de Misericórdias nos eventos promovidos pela UMP, especialmente no congresso nacional que teve lugar em Albufeira e na eleição dos corpos sociais da UMP para o quadriénio 2020-2023.

Ao longo de 2019 também teve início um debate sobre eventuais alterações ao modo de funcionamento dos Secretariados Regionais.





Equipamentos da UMP

o âmbito da sua atuação, a UMP gere um conjunto de respostas sociais para pessoas com deficiência, para idosos e ainda uma unidade de cuidados continuados. Além do normal funcionamento dos equipamentos da UMP, em 2019 manteve-se o processo de uniformização de procedimentos e centralização da gestão dos equipamentos da UMP.

Neste quadro, mantiveram-se também, com a regularidade prevista, as reuniões com as direções técnicas e com os administradores delegados. Foram também encetados esforços para reformulação e uniformização dos serviços de alimentação nos equipamentos da UMP e concretizou-se o processo de centralização da aquisição de têxteis e fardamentos dos funcionários.





Linhas de Serviço

AÇÃO SOCIAL

APOIO A PROJETOS

ASSUNTOS JURÍDICOS

AUDITORIAS

CENTRAL DE NEGOCIAÇÕES

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

GRUPO MISERICÓRDIAS SAÚDE

PATRIMÓNIO CULTURAL

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TURICÓRDIA





Ação Social

Gabinete de Ação Social (GAS) tem por objetivo apoiar todas as Misericórdias na área de cooperação estratégica de ação social, aumentando desta forma a eficiência dos meios e a eficácia dos resultados das Misericórdias e das suas respostas sociais.

Este relatório reflete uma descrição extremamente sintetizada das ações e atividades desenvolvidas pelo GAS nas diversas áreas de intervenção, enquadradas no planeado e aprovado quadro de gestão por objetivos.

APOIO E PARECERES TÉCNICOS

A consulta telefónica apresentou-se muito intensa durante 2019, tendo o esclarecimento de dúvidas nas diversas áreas abrangidas pela ação social com incidência nas visitas técnicas e fiscalizações do ISS quase duplicado.

Grande parte destes esclarecimentos, por telefone ou por email, são relativos à relação institucional com os Centros Distritais de Segurança Social e Ministério da Educação, orientações e irregularidades subscritas nos relatórios de acompanhamento, cálculo de comparticipações familiares, regras da cooperação por resposta social, recursos humanos exigidos, relação com famílias de utentes, contraordenações e fiscalizações.

Foram também executados pareceres técnicos escritos e remetidos via fax com validação do membro responsável do SN.

Em 2019, o Gabinete de Acão Social elaborou 35 Circulares, que abordaram a área da cooperação, programas específicos de apoio, candidaturas a financiamentos, esclarecimentos relacionados com a articulação com o ISS e legislação específica.

PROJETO CAPACITAÇÃO UMP

Modelo Avançado de Serviço de Apoio Domiciliário

No âmbito da candidatura ao Portugal 2020 para "Capacitação Institucional das organizações da economia social membros do CNES", realizaram-se 5 sessões de trabalho individuais com os parceiros selecionados, nomeadamente Instituto Cintesis, Instituto Pedro Nunes, Universidade Lusófona e Escola Superior de Enfermagem do Porto. Foi efetuada uma sessão de trabalho conjunta, em Fátima, com a participação de um dos membros do Secretariado Nacional da UMP.

Ainda no âmbito do Portugal 2020, deram-se continuidade às atividades do projeto, estando o Modelo Avançado de Serviço de Apoio Domiciliário em fase de conclusão.

PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO PRÉ-ESCOLAR

O GAS prestou apoio telefónico e via correio eletrónico às Misericórdias relativamente ao Programa de Expansão e Desenvolvimento Pré-Escolar, em concreto, relativamente ao facto de o programa ainda não ter aberto candidaturas para a compensação das instituições para o ano letivo de 2018/2019.





PROGRAMA DE CELEBRAÇÃO OU ALARGAMENTO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RESPOSTAS SOCIAIS

O GAS prestou apoio telefónico e via correio eletrónico às Misericórdias relativamente ao PROCOOP, nos 3 avisos de abertura, em concreto, relativamente ao Despacho n.º 6658-B/2019 de 24 de julho e às respostas sociais elegíveis para Candidatura.

ACESSO À REDE DE EMERGÊNCIA DE PAC-POSTOS DE ABASTECIMENTO COMBUSTÍVEIS (REPA) - VEÍCULOS PRIORITÁRIOS

No período de Emergência Energética decretado, o GAS prestou apoio telefónico e via correio eletrónico às Misericórdias relativamente ao acesso à REPA, tendo recolhido e articulado a informação e diretrizes entre as Tutelas e as Misericórdias.

PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

O GAS prestou apoio telefónico e via correio eletrónico às Misericórdias relativamente ao PARES, em concreto, na sequência da Portaria n.º 290/2019 de 5 de setembro e às respostas sociais elegíveis para Candidatura.

PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

O GAS prestou apoio telefónico e via correio eletrónico às Misericórdias relativamente ao PO APMC, prestando apoio e esclarecimentos no preenchimento dos questionários assim como outras informações relativas ao solicitado pelo Tribunal de Contas.

PROCESSO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS

O GAS participou na negociação e renovação da Parceria com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Alto Comissariado para as migrações (ACM), para a orientação e integração de refugiados nas Misericórdias;

Foi também efetuado acompanhamento e apoio às Misericórdias que acolhem refugiados 24 horas/dia e 365 dias/ano.

PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

No decorrer deste ano o Gabinete elaborou os seguintes documentos técnicos/Pareceres sobre propostas de várias legislações/normativos/documentos:

- Parecer sobre a proposta de Decreto-Lei para regulação de acolhimento familiar;
- Parecer sobre a proposta de Decreto-Lei para regulação de acolhimento residencial;
- Parecer sobre a proposta de Lei (Projeto de Lei n.º 52/XIV/1.ª) para regulação de Residência Alternada;
- Parecer sobre a proposta de Lei (Projeto Lei n.º 1064/XIII/4.ª) para criação de um Observatório à CNPDPCJ;
- Parecer sobre as FAQ do pré-escolar;
- Parecer sobre acumulação da direção técnica nas respostas sociais para a infância;





- Parecer sobre orientação técnica Esclarecimentos sobre Portal das Matrículas Dados de acesso para educação pré-escolar;
- Parecer sobre Orientação Técnica Esclarecimentos sobre alteração das regras para atribuição de complemento de 1.º e 2.º grau de dependência;
- Elaboração das 3 sessões de esclarecimento sobre o Compromisso de Cooperação;
- Parecer sobre o projeto de alteração à Portaria nº 196-A/2015, de 1 de julho que se traduziu na posterior publicação da Portaria 218-D/2019, de 15 de julho;
- Mapeamento de contraordenações;
- Pareceres e conteúdos sobre o clausulado do Compromisso e Cooperação em vigor.

ATENDIMENTO DE 1^A LINHA

Esta atividade tem como função encaminhar as pessoas (particulares) para entidades competentes que dispõem de intervenções de proximidade adequadas ao tipo de problemas/necessidades. Este apoio tem sido pedido principalmente ao nível de contactos telefónicos e pedidos urgentes de vaga em ERPI.

REUNIÕES E GRUPOS DE TRABALHO

No decorrer do ano de 2019, a responsável e os técnicos do GAS participaram em dezenas de reuniões/apresentações, em diversas áreas:

- Grupo de Trabalho SICAD;
- Grupo de Trabalho ENIPSSA;
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;
- Grupo de Trabalho INR;
- Reunião da Comissão Nacional de Cooperação e respetivos Grupos de Trabalho (6 GT ao durante 2019);
- Grupo de Trabalho para o Pré-Escolar;
- Acordo Nossa Senhora do Manto (SCML);
- Agenda Europeia para as Migrações;
- Reuniões com Misericórdias.

PROCESSO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS

A União, fazendo parte do grupo de trabalho participou em várias reuniões.

Efetuaram-se vários contactos tentando-se apurar a disponibilidade das Misericórdias em acolher refugiados e desencadearam-se os processos de receção, acolhimento e integração.





Apoio a Projetos

Gabinete de Apoio a Projetos (GAP) desenvolveu a sua atividade em 2019 alinhado com as prioridades de apoio às Misericórdias. O trabalho desenvolvido concentrou-se essencialmente na pesquisa, tratamento e disseminação da informação. Neste contexto foram analisados todos os concursos divulgados pelas Autoridades de Gestão dos diferentes programas do Portugal 2020. Numa outra frente de intervenção foram elencados e divulgados prémios, concursos e financiamentos destinados à atividade das Misericórdias. Uma outra área de trabalho centrou-se na gestão e acompanhamento de protocolos com especial enfase para as parcerias com o ensino superior e as representações institucionais.

INFORMAÇÃO

Em 2019 a recolha de informação incidiu sobre os avisos de concurso dos programas temáticos (Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) e dos programas regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores).

Na vertente de divulgação de prémios e concursos foram identificadas e divulgadas as seguintes fontes: Turismo de Portugal, CASES, IEFP, APOM, SCM Lisboa, Vida Imobiliária, FC Gulbenkian, Fundação Montepio, EDP, Fundação M.A. Mota, SIC, DGPC, Fundação CEPSA, AEP e IFRRU.

TRATAMENTO E ANÁLISE

A análise da informação e a consolidação transversal dos conteúdos, constitui uma atividade invisível e discreta do GAP, mas torna-se essencial para escrutínio das regras e possibilidades de concursos acessíveis às Misericórdias.

DIVULGAÇÃO

Em 2019, para além do envio diário da informação direta às Misericórdias, o que representou mais de uma centena e meia de iniciativas, também foi preparada regularmente documentação para todos as reuniões da Assembleia Geral, Conselho Nacional, Secretariado Nacional e Secretariados Regionais.

ACOMPANHAMENTO ÀS MISERICÓRDIAS

Ao longo do ano tivemos em permanência um serviço de esclarecimento de dúvidas e apoio à informação a todas as Misericórdias. Este trabalho revela-se de enorme importância, pois o esclarecimento de uma questão junto da autoridade de gestão permite a disseminação da resposta por todo o universo das Misericórdias

PARTILHA DE DECISÕES - DIMENSÃO POLÍTICA

O GAP participou em reuniões técnicas de avaliação de impacto dos programas e definição de novas estratégias de intervenção.





Também nesta área de definição programática, participámos em várias sessões de reflexão sobre as perspetivas do novo quadro comunitário de apoio. Neste âmbito o GAP participou ainda em fóruns de apresentação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

COMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO - DIMENSÃO TÉCNICA

Em 2019 o GAP promoveu a participação ou assegurou a presença da UMP em todas as reuniões das comissões de acompanhamento dos programas temáticos e regionais assim como nos conselhos consultivos das CIM.

No decurso do ano foram ainda asseguradas as consultas escritas promovidas por todas as autoridades de gestão dos diferentes programas.

COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROTOCOLOS

Empresas Portugal 2020

Em 2019 acompanhámos, sempre que solicitados, as empresas que estabeleceram protocolo com a UMP no âmbito do Portugal 2020.

ANQEP

A UMP, após a renovação do protocolo com a Agência, dinamizou a divulgação dos Centros Qualifica, estimulando a participação dos recursos humanos das Misericórdias nesta modalidade de certificação de competências. No quadro desta parceria asseguramos ainda a participação nos Conselhos Setoriais do Catálogo Nacional de Qualificações.

Universidade Aberta - CLEPUL

O GAP tem vindo a acompanhar este protocolo que envolve a Universidade Aberta e o Centro de Literatura e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Fundação INATEL

A UMP é membro do Conselho Consultivo da Fundação INATEL, tendo assento no plenário como membro efetivo. O GAP em 2019 assegurou a representação em algumas sessões deste órgão consultivo.

Instituto da Padroeira de Portugal

A UMP, como membro fundador deste instituto, acompanhou projetos de investigação na área da história da cultura de mariologia em Portugal. O GAP assegura igualmente a presença da UMP neste instituto.

COORDENAÇÃO DE PARCERIAS COM ENSINO SUPERIOR E POLITÉCNICO

Destacamos em 2019 o acompanhamento de processos académicos com o Instituto Politécnico de Tomar e as Universidades do Porto, Coimbra e Lisboa.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade do Gabinete de Apoio a Projetos em 2019 correspondeu inteiramente aos objetivos da sua missão. À semelhança de anos anteriores, a atividade dividiu-se numa proação em disseminar informação e numa reação com respostas e esclarecimentos às questões colocadas pelas Misericórdias.

A gestão e monitorização dos protocolos e parcerias preencheu uma grande parte da atividade em 2019, o que revela o interesse crescente das Misericórdias em projetos de qualificação e inovação estratégica. As bases criadas para os programas de apoio que nos próximos anos serão disponibilizados às Misericórdias, trarão certamente respostas adaptadas ás nossa realidade.

Assuntos Jurídicos

Em 2019, o Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ ou Gabinete), cuja equipa é atualmente composta por 3 juristas, continuou a prestar apoio jurídico às solicitações das Santas Casas da Misericórdia associadas e da própria União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

O quadro seguinte traduz o trabalho desenvolvido pelo GAJ em 2019, sendo que de um total de 2924 respostas/atividades, 2547 destinaram-se a Misericórdias individualmente consideradas, 238 à própria UMP e 139 foram do interesse tanto das instituições associadas como da UMP.

Pareceres/Esclarecimentos Escrito/Esclarecimentos Email	119
Apreciação/elaboração contratos/minutas/(Projeto) diploma/despacho	26
Atendimento Telefónico	2307
Reunião/Atendimento Presencial	83
Sessões Informação/Esclarecimento	3
Circular/Informação/Flash Informativo	63
Declaração/Procuração	28
Ofícios/Relatório/Plano Atividade	5
GAJ Reuniões internas/Brainstorming	6
Envio de Minutas/Legislação/Acórdãos/Atas	45
Apreciação/elaboração atas	2
Envio de documentos para o Site	21
Frequência de ações de formação profissional	5
Solicitação elementos adicionais	134
Procedimentos disciplinares (diligências diversas)	29
Procedimentos contratação pública (diligências diversas)	37
Contactos com CITE, Seg. Social, DGERT, CNPD	11
	2924

Conforme sucedeu nos anos anteriores, o telefone continuou a ser o canal privilegiado pelas Misericórdias para contactar o Gabinete, sendo mais frequentes as questões nas áreas do Direito Laboral e Estatutário, sem prejuízo das restantes matérias, como sejam as questões





de relacionamento com o Estado, a hierarquia da Igreja e outras entidades públicas, sociais e privadas. Seja por solicitação das instituições ou sugestão do GAJ, em 2019 realizaram-se reuniões individuais com Misericórdias com vista à apreciação e acompanhamento de situações concretas.

No decurso do ano 2019, o Gabinete continuou a acompanhar os processos de registo das alterações dos Compromissos das Santas Casas ao Decreto-Lei n.º 119/83 republicado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro (diploma que altera o Estatuto das IPSS), nomeadamente no que respeita às solicitações de "aperfeiçoamento" efetuadas pela DGSS. No último trimestre de 2019 o GAJ acompanhou de perto os processos eleitorais de diversas Misericórdias associadas, a pedido das mesmas.

Em 2019, o Gabinete participou, do mesmo modo, na negociação, na DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), de serviços mínimos e dos meios necessários para os assegurar em caso de greve, quer para as Misericórdias como para a UMP.

Em junho de 2019, o GAJ levou a cabo 3 sessões de informação descentralizadas (em Braga, Viana do Alentejo e Fátima) sobre o tema "A contratação a termo", as quais contaram com 274 participantes de 116 Misericórdias e da própria UMP. Também em 2019, o GAJ elaborou minutas diversas, disponibilizando-as às instituições suas associadas que as requereram.

Sempre que lhe foi solicitado pelas Misericórdias ou pela própria UMP, o Gabinete efetuou contactos, telefónicos ou presenciais, junto da DGSS - Direção-Geral da Segurança Social, CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho, DGERT e CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados com vista ao esclarecimento e resolução de questões em que as instituições são parte interessada.

Internamente, o GAJ, sempre que solicitado, prestou apoio ao Secretariado Nacional, às demais Linhas de Serviço, em especial ao Gabinete de Recursos Humanos, aos Serviços de Suporte e aos diversos Equipamentos Anexos.

Em 2019, manteve-se a divulgação, via correio eletrónico, do Flash Informativo com a legislação com interesse para a atividade das Misericórdias e da UMP. No ano de 2019, o Gabinete elaborou, na íntegra ou em colaboração com outros serviços da UMP, os textos de Circulares e Informações, bem como manteve atualizada a informação jurídica disponível no site www.ump.pt.

Auditorias

Gabinete de Auditorias (GA) visa garantir o apoio técnico e consultoria às Misericórdias através da avaliação da adequação e exequibilidade dos processos e procedimentos internos, da performance e dos sistemas de controlo interno das operações e atividades, com vista a alcançar a sustentabilidade.





AUDITORIAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS

Em 2019, a pedido das Misericórdias, foram realizadas 13 auditorias e 15 estão em curso, pelo que julgamos que o balanço é bastante positivo. Outro fator positivo é o facto de haver um número crescente de pedidos de auditorias, o que revela um reconhecimento do trabalho desenvolvido até ao presente.

AUDITORIAS À COMPONENTE SOCIAL

As auditorias à componente social incidem na averiguação do funcionamento técnico das respostas sociais, ou seja, na verificação do cumprimento das regras de cooperação em cada uma das respostas sociais que as Misericórdias desenvolvem.

Deste modo, é possível às Misericórdias terem uma atitude preventiva face à possibilidade de serem objeto de visitas de fiscalização da Segurança Social e de Inspeções Gerais do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e evitar a aplicação de coimas.

Em 2019, a pedido das Misericórdias, foram realizadas algumas intervenções que objetivaram a reposição de boas práticas no âmbito dos normativos legais com vista à identificação de irregularidades por parte da Segurança Social.

FOLLOW-UP

O follow-up é um processo através do qual se avalia a adequação, eficácia e oportunidade das ações tomadas pela Misericórdias, relativamente às observações e recomendações identificadas no relatório final da auditoria.

Em 2019, houve pedidos no âmbito desta iniciativa, mas não se efetuou qualquer ação, dado que a documentação solicitada pelo Gabinete não foi rececionada.

EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS

A emissão de pareceres técnicos nas áreas da contabilidade, fiscalidade e de gestão tem vindo a crescer ao longo do tempo, sendo proporcional ao conhecimento que as Misericórdias têm da existência do Gabinete de Auditorias.

CONSULTA SOBRE IRREGULARIDADES EM VISITAS DE FISCALIZAÇÃO/ Inspeções da segurança social

Esta consulta não foi realizada por haver outras tarefas prioritárias, contudo, contamos concretizá-la em 2020.

SESSÕES TÉCNICAS TEMÁTICAS

É objetivo do Gabinete iniciar uma estratégia de intervenção junto das Misericórdias, nos conceitos básicos e nos procedimentos de planeamento e operacionalização da atividade das respostas sociais e de temáticas que concentrem, por diversas razões, as atenções das Misericórdias.

Por motivos alheios ao Gabinete, não se realizou nenhuma sessão de formação.





IMPACTO DA ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA

Em sede de Concertação Social, verificou-se uma atualização da Retribuição Mensal Mínima Garantida de 600 para 635 euros. Este facto não é alheio à UMP que, embora reconheça que este aumento constitui um estímulo positivo para os colaboradores, constata igualmente que representa um enorme esforço em termos de custos para todas as Misericórdias.

Neste sentido, o GA procedeu a uma consulta às Misericórdias para apurar o impacto da atualização da Retribuição Mensal Mínima Garantida na estrutura de custos dos recursos humanos das Misericórdias. Só assim, é possível negociar com rigor e empenho o acréscimo mínimo expectável do valor das comparticipações mensais pagas pela Segurança Social.

GRUPO DE TRABALHO DOS CUSTOS TÉCNICOS

No âmbito do Compromisso de Cooperação de 2017/18, e por Despacho do Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social, de 18 de outubro de 2018, foi criado um grupo de trabalho que visa a definição dos custos técnicos das respostas sociais e no qual a UMP está representada.

Através do apuramento dos custos técnicos, por utente em cada resposta social, é possível definir valores de referência (tal como existe atualmente para ERPI) que correspondem aos custos reais que cada Misericórdia suporta.

Em 2019, a União contribuiu bastante para este grupo de trabalho, tendo inclusive, apurado os custos médios por utente nas várias respostas socias que estão tipificadas no Compromisso de Cooperação.

CENTRAL DE BALANÇOS

A necessidade de uma Central de Balanços para o setor social prende-se com a necessidade de criar um instrumento de recolha e tratamento de informação económico-financeira suportada nas demonstrações contabilísticas das Misericórdias que aceitem fazer parte de uma amostra representativa do sector para este efeito.

Esta informação contabilística será recolhida com uma determinada periodicidade através do envio, por parte das Misericórdias, das contas à UMP, como já acontece para o apuramento da quota. Salienta-se a garantia da confidencialidade dos dados fornecidos por cada instituição, já que o relatório de dados será referente aos distritos e/ou ao nível nacional.

Com base nos dados recolhidos, a Central de Balanços produz um conjunto de relatórios (dados agregados), podendo fornecer às Santas Casas informação económico-financeira relevante para o diagnóstico da sua situação económico-financeira e para a avaliação do seu posicionamento no contexto global do seu setor.

A Central de Balanços permite, ainda, dotar a UMP de informação importante, quer para





fins estatísticos, quer para fins negociais com o seu parceiro Estado.

Em 2019, concluiu-se a Central de Balanços com dados do exercício económico de 2017 e foi iniciada atualização com os dados contabilísticos de 2018, com recurso a uma amostragem mais alargada.

Central de Negociações

A Central de Negociações da UMP tem prosseguido na sua missão de celebrar novas parcerias e acordos de serviços e produtos que vão ao encontro das sinergias das mais diversas áreas das Santas Casas.

No decorrer de 2019 houve o cuidado em revitalizar os protocolos vigentes para os quais existia potencial, sem descurar o alargamento a áreas relevantes para as Misericórdias e até então não abrangidas, tais como medicina e segurança no trabalho, tecnologias de informação, controlo e qualidade ambiental, entre outras.

É um objetivo desta linha de serviço da UMP responder, através da criação de condições mais vantajosas entre os parceiros, às diversas áreas de intervenção das Misericórdias.

Após a resolução dos problemas técnicos da plataforma PAES, procedeu-se a uma revisão dos protocolos com vista a ultimar a operacionalidade da mesma para o ano de 2020.

Em 2019, foram assinados novos protocolos comerciais:

- CARCLASSE Comércio de Automóveis, S.A. (Renovação)
- Rui dos Santos Martins Esteves
- SMILING DISCOVERY, Unipessoal Lda.
- LIPRONERG Projeto e Consultadoria Energética, Lda.
- WORKVIEW Prestação de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, Unipessoal, Lda.
- THINKOPEN Solutions, Lda.
- PREVICHAMA Prevenção de Incêndios e Material de Segurança, Lda.

Comunicação e Imagem

Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) tem vindo a consolidar a sua atuação através de um plano de comunicação coerente e adequado à estratégia institucional de promoção e divulgação da imagem das Santas Casas e da sua União junto do grande público, não descurando nunca a relação privilegiada que parceiros estratégicos e órgãos de comunicação social representam. Neste âmbito, em 2019, o GCI desenvolveu as ações elencadas a seguir.





JORNAL VOZ DAS MISERICÓRDIAS

Mantivemos a publicação mensal do jornal Voz das Misericórdias e neste quadro, além da produção de conteúdos escritos e fotografias, desenvolvemos as seguintes atividades:

Publicidade e distribuição

Em estreita colaboração com a Central de Negociações, foi possível, em 2019, fidelizar novos anunciantes para o VM. No que respeita à distribuição, além de assinantes e Misericórdias, o jornal continuou a ser distribuído junto das principais instituições portuguesas, tais como órgãos de soberania, ministérios, universidades, bibliotecas, autarquias, dioceses, fundações, institutos, editoras, entre outros.

Associação de Imprensa de Inspiração Cristã

Estando a UMP inscrita na Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, participámos nas assembleias gerais realizadas em Fátima para aprovação do plano de atividades e orçamento para 2019 e discussão do relatório de gestão e contas do exercício de 2018.

Portal Transparência dos Media

No âmbito da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, que regula a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades comunicação social, a UMP deu cumprimento ao normativo através da disponibilização de todos os dados solicitados, no âmbito desta legislação, pela Entidade Reguladora da Comunicação Social.

QUEM SOMOS NAS MISERICÓRDIAS

Em 2019 foi publicada a 13ª edição do Quem Somos nas Misericórdias. Os custos de produção da brochura foram integralmente suportados por patrocinadores.

COMUNICAÇÃO DIGITAL

Site

Através de atualizações constantes e com às redes sociais, foi possível alavancar, em 2019, as visitas ao site da UMP. Registaram-se quase 500 mil visitas, num total de um milhão e 800 mil cliques.

Newsletter

Em 2019, a newsletter foi preferencialmente utilizada para divulgação dos filmes do programa A Vida dos Outros, da UMPtv, e de mensagens institucionais.

Redes sociais

Toda a informação enviada pelas Misericórdias é editada e publicada em www.ump.pt e na comunidade da União no Facebook. O número de adesões à nossa página tem vindo a registar aumentos, tendo passado de 10677 para 11602 em 2019. Importa destacar que este crescimento acontece de forma totalmente orgânica, sem qualquer recurso a





conteúdos pagos/anúncios.

UMPTV

Em 2019 demos início a uma nova temporada de filmes do programa A Vida dos Outros, da UMPtv. Esta nova fase conta com programas mais curtos, aproximadamente cinco minutos, de periodicidade semanal e sem tema definido, ao contrário do que aconteceu na primeira temporada.

A divulgação dos filmes teve início em setembro, através de newsletter e Facebook, e todo o material está disponível na página da UMP e no Youtube.

RELATÓRIOS E PLANOS DE ATIVIDADES

Em 2019, o Gabinete de Comunicação e Imagem continuou a acompanhar a produção dos planos e relatórios de atividades.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

O GCI continuou a apoiar, ao longo de 2019, os inúmeros jornalistas que procuraram a UMP para esclarecimentos variados ou solicitações de reportagens (TV, rádio e imprensa escrita). Em 2019 o tema mais trabalhado nesta área foi o congresso nacional das Misericórdias.

IMAGEM INSTITUCIONAL

Sempre que solicitado, o GCI procedeu à produção de material promocional diverso. Apoiámos as linhas de serviço e os equipamentos da UMP na conceção e produção de identidade visual para diversos projetos.

Formação Profissional

Centro de Formação Profissional da UMP, cumprindo integralmente os seus objetivos, desenvolveu a sua atividade priorizando a formação e qualificação dos recursos humanos e a capacitação das instituições.

Neste percurso é fundamental que as Misericórdias possam usufruir desta oferta formativa para que cumpram a sua missão com qualidade, eficácia, sustentabilidade e excelência de serviços.

O exercício do Centro de Formação em 2019, embora fortemente penalizado pela dificuldade de utilização de fundos comunitárias, contou ainda assim com um leque de oferta formativa adequada à atividade das Misericórdias.

Em 2019 a ação consubstanciou-se nas seguintes tipologias: Formação e Qualificação nas Misericórdias; Formação para Profissionais da Saúde; Projeto: Misericórdias – Gestão Sustentável.





Para além da oferta formativa, foi assegurado igualmente o Programa de Sessões de Informação e Sensibilização. Neste quadro, em 2019, adaptámos a oferta de conteúdos por forma a garantir uma maior atratividade para as Misericórdias e reformulámos a metodologia para agilizar o seu agendamento e posterior concretização.

Ao longo dos últimos anos a UMP tem tentado diminuir o défice de qualificações dos recursos humanos das Misericórdias. Este trabalho, que reside numa oferta diversificada de opções de qualificação, vai evidenciando resultados que se traduzem na melhoria dos serviços prestados e nos bons resultados de gestão.

No âmbito da cerificação da UMP (DGERT-2726/2017) a formação foi desenvolvida nas áreas da infância e juventude, terceira idade, saúde, deficiência, voluntariado e património cultural, tendo seguido a metodologia de:

- Diagnóstico de necessidades efetuado a todas as Misericórdias
- Acompanhamento e monitorização local das ações formativas
- Inclusão de meios tecnológicos e informáticos nos processos formativos
- Atualização dos Planos Curriculares
- Permanente atualização de conteúdos e definição dos Manuais de formação
- Avaliação de impactos da formação

Tivemos presente, em todo o processo, os princípios orientadores da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, e os conteúdos do Catálogo Nacional de Qualificações.

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Formação Modular Certificada

Nesta tipologia de intervenção, dadas as condicionantes regulamentares de financiamento do POISE, não foi possível desenvolver formação em 2019.

Formação e qualificação nas Misericórdias

Nesta opção formativa, cuja modalidade distribui os encargos proporcionalmente pela UMP e por cada Misericórdia, foram abertos processos para 60 Misericórdias, tendo sido concretizadas ações para um total de 80 formandos.

Formação para Profissionais da Saúde

Em 2019 foram apresentadas ao POISE três candidaturas, tendo sido aprovada formação para a região Norte, Centro e Alentejo. As ações iniciadas no final do ano terão a sua maior execução nos dois anos seguintes.

Projeto 'Misericórdias - Gestão Sustentável'

Como previsto, a partir da experiência resultante das anteriores intervenções deste projeto, em que foram envolvidas 244 Misericórdias, reformulámos a metodologia e os conteúdos





formativos para uma nova abordagem. Em 2019 desenhámos a estratégia de intervenção para nova candidatura a apresentar ao POISE.

SESSÕES DE INFORMAÇÃO

No âmbito deste programa, tanto ao nível das Misericórdias como dos Secretariados Regionais, foram reformuladas as metodologias de atuação, atualizando os temas e respetivos conteúdos e aprovando o Regulamento Geral das Sessões de InFormação. Nesta tipologia de intervenção foram promovidas apenas duas sessões onde participaram cerca de 50 pessoas.

SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

No decurso do ano apostámos na dinamização do Programa Aprendizagem/Formação Profissional de Jovens, assim como das Medidas Ativas de Emprego.

Em parceria com a Universidade do Minho e a Misericórdia de Albufeira promovemos a Sessão "Liderança Virtuosa".

Neste âmbito, dando cumprimento ao previsto no Programa de Capacitação, foram efetuadas apresentações em todos os Secretariados Regionais das Misericórdias do continente.

Percursos e Ofertas formativas da ANQEP para Jovens e Adultos

A UMP renovou o protocolo de cooperação com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP). Neste âmbito promovemos a divulgação da informação sobre os Centros Qualifica, sua missão, localização e metodologia de atuação. Ao longo do ano foi ainda prestado apoio e esclarecimento a todas as Misericórdias interessadas em iniciar processos de reconhecimento, validação e reconhecimento de competências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa formativo desenhado para 2019, na linha dos anteriores, pretendeu responder às necessidades de capacitação dos recursos humanos com a dupla abordagem de formação inicial e contínua. Também a qualificação das Misericórdias esteve presente, como grande prioridade, na estratégia de atuação do Centro de Formação.

Apesar desta determinação, reconhecemos que o ano 2019 ficou aquém das expetativas, pois a adesão das Misericórdias aos projetos formativos da UMP não foi significativa. Esperemos que em anos futuros se retomem, em força, as dinâmicas de formação e qualificação, condição indispensável ao bom desempenho dos recursos humanos e à sustentabilidade das instituições.

Neste propósito o Centro de Formação Profissional da UMP continuará a sua missão, disponibilizando um vasto leque de opções formativas, bem como um completo programa de ações de formação e sensibilização.

Só com esta determinação, e em parceria, poderemos assegurar a motivação dos profissionais, a excelência dos serviços e a qualidade na gestão que se exige sustentável,





inovadora e eficiente. Tudo em nome de todos os que serviços diariamente e são a razão maior da nossa missão.

Grupo Misericórdias Saúde

ano de 2019, apesar de uma conjuntura pouco solícita, revelou-se muito proactivo para o Grupo Misericórdias Saúde (GMS) e respetivas Misericórdias com atividade na área da saúde, conforme se expõe no presente relatório.

De salientar que a ministra da Saúde concordou com a prorrogação dos acordos em vigor, para o ano 2020, estipulando apenas algumas alterações que, a longo prazo, se poderão revelar benéficas para as Misericórdias.

No entanto, a partir do segundo semestre, devido às eleições legislativas, constatou-se um abrandamento, não só no que diz respeito à negociação de processos já em curso, como no pagamento da faturação das Misericórdias, o que, consequentemente, põe em risco a sustentabilidade das Santas Casas.

ÁREA GERAL

Protocolos e Acordos

Acordo entre Ministério da Saúde e a UMP

Considerando que o acordo não teve o seu início na data da sua assinatura (3 de janeiro de 2017), a sua vigência foi renegociada, prevendo-se o seu término a 31 de dezembro de 2020.

AdvanceCare

Acompanhamento da parceria entre esta entidade e a UMP. O GMS continuou a monitorizar a assinatura de novos acordos com as Misericórdias para integração na rede de prestadores da AdvanceCare. Iniciaram-se as reuniões da Comissão de Acompanhamento, prevista no Memorando de Entendimento.

Exames Avaliação Vida (EAV) – foi estabelecida uma nova parceria com a AdvanceCare, ao abrigo do Memorando de Entendimento celebrado com a UMP.

ADSE

Após a celebração do protocolo, o GMS tem insistido em diligências para cumprimento do estabelecido entre as partes, ou seja, a celebração de novos acordos entre a ADSE e as Misericórdias. Após auscultação junto das Misericórdias integradas no GMS, foi validada a tabela de preços, ao abrigo do protocolo celebrado.

Cartão de Saúde UMP (Cartão Social, Cartão Social +)

Além de promover sessões de esclarecimento sobre o funcionamento do Cartão de Saúde UMP, o GMS acompanhou a venda e a promoção dos cartões com a Sabseg.





Regularização do sistema de quotização e pagamento da prestação de serviços de Farmacêuticos da UMP

Perante os elevados valores em atraso, o GMS continuou o trabalho de monitorização e faturação das quotas das Misericórdias, integradas ou a integrar no GMS, bem como a regularização do pagamento do serviço prestado pelos farmacêuticos da UMP.

CUIDADOS AGUDOS

Acordos de Cooperação celebrados com o Ministério da Saúde/ARS no âmbito das cirurgias, consultas, MCDT e serviço de atendimento permanente (SAP)

Tendo presente o estabelecido no Decreto-Lei nº 138/2013, o GMS tem levado a cabo diversas reuniões com as ARS, para dar cumprimento aos acordos celebrados neste contexto, tentando sempre ultrapassar situações de impasse que têm surgido, nomeadamente no que diz respeito ao fecho de contas de 2018, taxas moderadoras, incentivos, transporte de utentes, entre outros.

Para dar cumprimento ao estabelecido nos acordos, foi efetuada a respetiva monitorização, com vista à elaboração trimestral dos relatórios de execução.

Hospitais devolvidos às Misericórdias

Continuação do acompanhamento e monitorização dos hospitais das Santas Casas de Anadia e Fafe. Quanto ao Hospital de São Paulo, da Misericórdia de Serpa, a obra está a ser diretamente acompanhada pela UMP/GMS, prevendo-se que inicie a sua atividade, ainda, no primeiro semestre de 2020.

Novas formas de articulação com o Ministério da Saúde

- Colaboração com o Ministério da Saúde no âmbito da prestação de cuidados de saúde, para as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo e distrito de Castelo Branco, no que diz respeito à realização de consultas, nomeadamente nos serviços de urgência dos hospitais, E.P.E. e cirurgias por equipas médico-cirúrgicas dos hospitais das Misericórdias, de forma a suprir as necessidades de médicos especialistas (pediatras e anestesiologistas) nos serviços de urgência;
- Cursos de Codificação Clínica em ICD-10-CM/PCS articulação com a ACSS no levantamento da necessidade dos hospitais das Misericórdias para a formação dos seus médicos codificadores;
- Participação nas reuniões do Grupo de Acompanhamento para a Cibersegurança na Saúde:
- SPMS Serviços Partilhados do Ministério da Saúde estreita colaboração com o SPMS para criação de uma estrutura central, no sentido de facilitar às Misericórdias do GMS o processo de disponibilização de acesso aos sistemas de informação e agilizar eficazmente a gestão da produção contratualizada com o SNS.

Reuniões com Misericórdias

Foram promovidas reuniões/sessões de esclarecimento com as Misericórdias, de forma a





otimizar e uniformizar todos os procedimentos, bem como apuramento de ponto de situação sobre dívidas, nomeadamente no que diz respeito ao SIGIC.

Colaboração com gabinetes/serviços internos

- Jornal/Comunicação e Imagem: foram divulgadas atividades do GMS que sejam de interesse comum e devam, por isso, ser divulgadas;
- Gestão de Protocolos: apoio técnico na negociação de todos os protocolos relacionados com a área da saúde, sempre que solicitado.

CUIDADOS CONTINUADOS

Na área dos cuidados continuados, as atividades do GMS centraram-se, essencialmente, na monitorização e desenvolvimento da atividade das Misericórdias, no seio da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), em articulação com o Ministério da Saúde (MS), Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e o Núcleo Funcional para os Cuidados Continuados (NFCC), integrado na Administração Central dos Serviços de Saúde (ACSS), através das atividades de seguida descritas.

Grupo Coordenador Central do Plano de Prevenção, Controlo de Infeção e Resistência aos Antimicrobianos (GCC – PPCIRA)

O GCC-PPCIRA continuou a prestar o apoio técnico-consultivo às Misericórdias, quer por telefone ou correio eletrónico. Neste contexto, ao longo de 2019, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atualização do manual de Boas Práticas;
- Publicação de um artigo no Jornal Voz das Misericórdias e elaboração do flyer "Dez Mandamentos da Prevenção e Controlo de Infeção";
- Resposta, em tempo útil, a todas as questões colocadas pelas Misericórdias sobre diversos temas (legionella, microrganismos de colonização, triagem de resíduos, reutilização de materiais, higienização das mãos, utilização e monitorização de antibióticos, medidas de isolamento, etc...);
- Formação aos profissionais das Misericórdias;
- Participação em congressos;
- Prestar apoio na implementação, acompanhamento e monitorização das boas práticas de prevenção e controlo de infeção.

Grupo de Farmacêuticos

Atualmente, o projeto de farmacêuticos conta com 10 farmacêuticos que dão apoio a 87 UCCI, a nível nacional. Em 2019, o projeto permitiu que as UCCI envolvidas obtivessem poupanças significativas decorrentes quer da aquisição direta, quer da minimização do desperdício e o desenvolvimento de um modelo conjunto de gestão dos medicamentos e de boa prática nesta área, através das orientações técnicas de profissionais qualificados. Em 2019, foram desenvolvidas as seguintes atividades:





- Revisão do manual de procedimentos de farmácia;
- Candidatura ao Prémio Saúde Sustentável, tendo sido atribuída uma menção honrosa ao projeto;
- Criação do boletim informativo "INFOFARMACIA";
- Participação no congresso APFH, com a elaboração de dois posters científicos.
- Formação específica ao grupo de farmacêuticos (controlo da dor, gases medicinais, tratamento de feridas, controlo de infeção, nutrição parentérica)
- Compilação de toda a documentação de cada uma das novas UCCI para a instrução dos respetivos processos, junto do Infarmed;
- Restruturação geográfica dos profissionais pelas diversas UCCI, por forma a garantir um máximo de economia no que às deslocações diz respeito e uma maior proximidade dos profissionais às UCCI;
- Elaboração de orientações técnicas e implementação de práticas de gestão do medicamento nas UCCI aderentes;
- Negociação com os laboratórios, importadores e grossistas, com vista à aquisição direta de medicamentos aos grossistas, importadores e laboratórios;
- Planeamento e desenvolvimento de estudos que visam a publicação em revistas científicas nacionais e/ou internacionais;
- Reuniões mensais do grupo técnico, com vista à discussão de assuntos relevantes e de interesse específico das UCCI.

Formação Saúde 2019-2020

No âmbito da submissão da candidatura a financiamento para formação técnica, destinada aos diferentes grupos profissionais, foi atribuída uma linha de financiamento para formação a desenvolver nas regiões Norte, Centro e Alentejo com vista à melhoria contínua da qualidade e das competências profissionais e institucionais.

Em 2019, foram realizadas as primeiras 3 formações que abrangeram cerca de 50 formandos de 10 Misericórdias. As formações lecionadas foram as seguintes:

- Introdução à segurança do medicamento, na Misericórdia de Castelo Branco;
- Introdução à segurança do medicamento, na Misericórdia de Amarante;
- Controlo de infeção (Nível IV), na Misericórdia de Mora.

Banco de Medicamentos

O GMS continuou a efetuar a ligação entre as UCCI e o Infarmed, bem como a prestar esclarecimentos diversos às UCCI e Misericórdias, no geral, IPSS e pessoas/entidades particulares que se dirigiram ao gabinete em busca de informações adicionais sobre o funcionamento do Banco de Medicamentos.

Acompanhamento do projeto piloto UCC Bento XVI





No ano de 2019, foram várias as Misericórdias que realizaram visitas à UCCI para obtenção de recomendações e orientações técnicas, para que no futuro possam desenvolver uma resposta adaptada aos utentes com défice cognitivo ou demência.

Projeto "VIDAS - Valorização e Inovação em Demências"

Integrado no eixo 6.15 do POPH, dando continuidade ao projeto iniciado no ano de 2014, o GMS participou em vários eventos, divulgando a experiência que foi o Projeto VIDAS, com resultados obtidos nas Misericórdias envolvidas.

Reuniões de trabalho com entidades externas

O GMS participou em reuniões de trabalho com várias outras entidades externas e parceiros institucionais, nomeadamente:

- Ministério da Saúde
- Administrações Regionais de Saúde
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)
- Conselho Nacional de Saúde Mental
- Direção Geral da Saúde (DGS)
- Entidade Reguladora da Saúde (ERS)
- Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS)
- Instituto Português da Qualidade (IPQ)
- INFARMED
- Instituto da Segurança Social

Outras atividades quotidianas

Durante o ano de 2019, foram realizadas diversas reuniões de trabalho do GMS com mesários, dirigentes ou colaboradores de várias Misericórdias, na sede da UMP ou nas instalações das próprias Santas Casas.

Diariamente, o GMS desenvolveu a sua atividade prestando esclarecimentos às Misericórdias. Os temas mais recorrentes foram atividades específicas e projetos na área da demência, Banco de Medicamentos, grupo de farmacêuticos, falta de pagamento por parte dos subsistemas PSP, GNR e IASFA e também dívidas de utentes, questões relacionadas com transportes e situações sociais, controlo de infeção, aplicação e agilização da nova legislação para as UCCI, atualização portaria de preços, aplicabilidade da Tabela Nacional de Funcionalidade, entre outros.

Procedeu ainda à pesquisa e disseminação de diplomas legais, informação técnica e eventos técnico-científicos julgados de interesse, assegurou a articulação necessária com as ECR, ECL e outras entidades, preparou e disponibilizou ao Secretariado Nacional informação de suporte para a defesa dos interesses das Misericórdias, junto da tutela.





Património Cultural

Gabinete do Património Cultural, em 2019, prosseguiu a sua atividade privilegiando o apoio às Misericórdias, tanto na ação direta no terreno, como na gestão de parcerias com entidades externas.

O trabalho realizado, suscitando um envolvimento cada vez maior dos responsáveis e técnicos, tem vindo a revelar excelentes práticas de estudo, defesa e salvaguarda do património artístico e cultural das nossas instituições.

Toda a atividade foi desenvolvida no respeito pela iniciativa das Misericórdias, bem como pelo escrupuloso cumprimento das melhores regras de abordagem ao património.

A ação desenvolvida pelo Gabinete foi estruturada a partir das seguintes áreas: património imóvel, património móvel, património arquivístico, património imaterial, conservação e restauro, biblioteca e livro, arte contemporânea.

As tarefas associadas às diferentes áreas caraterizaram-se pelo estudo, inventariação, preservação, conservação, segurança, formação, divulgação, promoção e dinamização.

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Ao longo do ano foram asseguradas mais de 80 visitas técnicas às Misericórdias para avaliação do estado do património, análise de propostas e aconselhamentos de restauro e conservação. O campo de trabalho nesta área de intervenção é vasto a avaliar pelo último recenseamento de património nas Misericórdias: 1100 imóveis de interesse histórico e arquitetónico, 290 com património móvel, 302 com arquivo, 260 com manifestações de património imaterial e cerca de 70 realidades museológicas.

INVENTARIAÇÃO

No âmbito do Programa de Inventário do Património Móvel foram efetuados os diagnósticos de 20 Misericórdias do Alentejo e encetados contactos para enquadrar a parceria com a Misericórdia de Lisboa, que permitirá intervir em mais 30 Misericórdias. Em 2019 foram ainda revistas as fichas de inventário de projetos anteriores e entregues dossiês a 10 Misericórdias. No decurso do ano foram inventariadas as Misericórdias de Buarcos, Tomar, Coruche e Cano, cujos dados se juntarão à base de dados do património móvel, que conta já com 30 mil peças inventariadas.

PRODUÇÃO EDITORIAL

Em 2019 foram publicadas as atas da nona edição do Dia do Património - 2018, realizado em Pedrógão Grande. Também no âmbito do Voz das Misericórdias foram editadas mensalmente, por distrito, as fichas de recenseamento da realidade patrimonial das Misericórdias.

PROTOCOLOS E PARCERIAS

Protocolos





Destacamos neste ano a renovação da parceria com a Fundação Museu do Douro e o Instituto Politécnico de Tomar. De destacar a atividade desenvolvida ao abrigo do Protocolo com o Ministro da Cultura que permitiu em 2019 diversas interações entre as Misericórdias e as Direções Regionais de Cultura. Durante este ano assumiu especial relevância a análise de processos de classificação de imóveis conjuntamente com a DGPC.

Parcerias

No âmbito das parcerias, o trabalho mais significativo em 2019 traduziu-se na consolidação dos Caminhos de Santiago Alentejo/Ribatejo que, num trabalho conjunto com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo-Ribatejo, permitiu consolidar a presença e ação das Misericórdias numa rede para apoio aos peregrinos.

No âmbito do Fundo Rainha Dona Leonor foram acompanhados os processos de intervenção no património.

Em colaboração com a Misericórdia do Porto participámos na preparação da exposição a apresentar em Macau no âmbito dos 450 anos da fundação da Misericórdia.

CARREIRAS PROFISSIONAIS

A definição e enquadramento legal, nas Misericórdias, das carreiras profissionais na área do património, em 2019 infelizmente não sofreu qualquer evolução.

COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS

Em 2019 participámos em vários fóruns científicos na área do património cultural. Destacamos, entre outras, o seminário "Arquivos das Misericórdias", promovido pela Misericórdia de Lisboa, o concurso de fotografia da Misericórdia de Vila Alva e o congresso sobre história da Misericórdia de Braga.

Promovemos igualmente a mobilização das Misericórdias para os eventos: Dia Internacional dos Museus, Jornadas Europeias do Património e Prémio Vida Imobiliária.

Em 2019 integrámos o conselho científico de preparação do Congresso "Azulejo: Património em Risco?".

Diretamente, por iniciativa do Gabinete do Património Cultural e em colaboração com as Misericórdias locais, promovemos, em Beja, a sexta edição das Jornadas Museologia nas Misericórdias e, em Arouca, a décima edição do Dia do Património das Misericórdias.

PROJETOS ESPECÍFICOS

Projeto 'Viver Património'

Feito o acompanhamento dos processos das Misericórdias do Alentejo e do Algarve.

Projeto Arte Contemporânea

Desenvolvida a fase IV deste projeto com a produção de telas temáticas das obras de misericórdia: assistir os enfermos e consolar os tristes.





Museu Virtual

Projeto a desenvolver em parceria com a Misericórdia de Lisboa. Em 2019 foram delineadas as condições e a metodologia de atuação.

Roteiros – Património e Turismo (realidades museológicas e edificado)

Projeto sem evolução relevante em 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade do Gabinete em 2019 correspondeu em grande parte ao planeado. De destacar a consolidação da relação de parceria com as Direções Regionais de Cultura, o que revela uma crescente intervenção no património.

Destacamos igualmente como muito positivo a recuperação dos processos de inventário do património móvel, o que permitirá conhecer a realidade patrimonial das Misericórdias e garantir a sua segurança no futuro.

O ano de 2019 foi igualmente caracterizado pelo número de eventos de reflexão e dinamização do património, o que permitiu divulgar a identidade e a realidade cultural das Misericórdias.

Importa dar continuidade e consolidar esta trajetória, sensibilizando os decisores das Misericórdias, acrescentando valor às intervenções e reforçando a estratégia adequada para a melhor divulgação e fruição do património.

Acrescentar valor à ação do Gabinete do Património Cultural da UMP, promovendo a mensagem humanista através do património e da cultura, é um desafio que abraçamos com, e pelas, Misericórdias, em estreita relação com os nossos parceiros institucionais.

Relações Internacionais

A UMP manteve a sua participação na Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, onde tem estatuto de entidade observadora.

Turicórdia

A Turicórdia desenvolve atividades/eventos na área do turismo para as Misericórdias e internamente para a UMP.

No início do ano 2019, a Turicórdia realizou reuniões com entidades e empresas ligadas ao setor turístico para rever acordos e renegociar novas condições de modo a garantir melhores condições, sempre focada na qualidade e diversidade dos serviços que promove.

As atividades que ocuparam maior tempo e cuja sua organização foi mais complexa foram o





XIII Congresso Nacional das Misericórdias em Albufeira e o XII Congresso Internacional das Misericórdias em Macau.

O período que antecede a qualquer evento é muito trabalhoso e exigente pois são necessárias diversas reuniões, visitas aos locais onde se vão realizar os programas/eventos, avaliação dos serviços e contactos com entidades/empresas ligadas ao setor turístico.

Para além da avaliação, validação e adjudicação dos serviços, está ainda todo o trabalho administrativo diário de contactos/atendimentos telefónicos, resposta a emails, realização de reservas de hotéis e voos, pagamentos entre muitas outras atividades e tarefas.

A Turicórdia organizou ainda um Programa Turismo Sénior designado por "Aldeias Históricas e Cultura Raiana" para a Junta de Freguesia de Mina de Água, sediada na Amadora.

No início de 2019 foi decidido que o destino da 6ª Grande viagem da Turicórdia seria a Índia, tendo a equipa desenvolvido todos os esforços para a realização da mesma entre os dias 27 de fevereiro e 8 de março de 2020.

No quadro-resumo abaixo, seguem algumas atividades de maior relevância:

9° Encontro Cinegético em Borba | 12 janeiro (150 pessoas)

13° Congresso Nacional das Misericórdias em Albufeira | 7 a 10 de fevereiro (800 pessoas)

12° Congresso Internacional das Misericórdias em Macau | 13 e 14 de maio (300 pessoas)

Apoio na comemoração dos 450 anos da Misericórdia de Macau | 15 a 18 maio (600 pessoas)

Viagem de confraternização da Turicórdia ao Dubai | 20 a 23 maio (43 pessoas)

Programa Turismo Sénior (JF Mina Agua) "As Aldeias Históricas e Cultura Raiana" | 11 a 13 outubro (42 pessoas)

Acordos com Grupos Hoteleiros (gestão-poupança anual) | 500 reservas de hotéis em Portugal

Analisando o quadro podemos dizer que a atividade da Turicórdia é bastante diversificada. Esta linha de serviço continuará disponível para colaborar para e com as Misericórdias tendo como objetivo central ser uma linha de serviço de referência nacional.



Contas

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ANEXO





1. BALANÇO (Valores expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dez. 2019	31 dez. 2018
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	20 226 524,19	20 396 295,39
Ativos intangíveis	11	19 703,88	15 771,0
Ativos biológicos	9	35 544,90	
Investimentos financeiros	11	97 000,00	147 000,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	80 247,78	51 001,97
Outros Ativos financeiros	11	62 362,05	48 415,22
Total dos Ativos Não Correntes		20 521 382,80	20 658 483,58
Ativo corrente			
Inventários	9	283 428,79	285 770,62
Clientes	11	1 018 792,79	1 482 924,95
Adiantamentos a fornecedores	11	85 417,20	14 482,47
Estado e outros Entes Públicos	18	485 505,03	535 481,25
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	12	448 337,21	477 709,90
Outras contas a receber	11	1 597 155,51	1 687 840,29
Diferimentos	13	86 831,83	73 472,07
Outros Ativos financeiros	11	19 174,50	19 304,55
Caixa e depósitos bancários	4	1 233 124,93	1 664 197,5
Total dos Ativos Correntes		5 257 767,79	6 241 183,68
Total do ativo		25 779 150,59	26 899 667,26
Fundos Reservas Resultados transitados	14	2 389 029,81 2 489 516,91 48 087,79	2 389 029,8 2 489 516,9 (11 005,5
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	9 347 617,68	9 553 800,93
Resultado Líquido do período		(155 401,37)	248 446,00
Total dos fundos patrimoniais		14 118 850,82	14 669 788,0
PASSIVO			
Passivo não corrente Provisões			
Provisões específicas	15	93 011,75	93 011,7
Financiamentos obtidos	17	1 980 668,63	2 400 735,4
Outras contas a pagar		-	
Total do passivo não corrente		2 073 680,38	2 493 747,23
Passivo corrente			
Fornecedores c/c	16	1 135 711,38	978 238,60
Estado e outros entes públicos	18	310 275,85	361 403,53
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	12	11 074,73	64 394,73
Financiamentos obtidos	17	1 901 568,92	1 581 933,59
Outras contas a pagar Diferimentos	16 13	5 207 274,90 1 020 713,61	5 465 112,75 1 285 048,75
Total do passivo corrente		9 586 619,39	9 736 131,9
Total do passivo		11 660 299,77	12 229 879,1
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		25 779 150,59	26 899 667,2

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras $\,$





2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS (Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2019	2018
Vendas e Serviços Prestados	19	7 842 655,82	7 761 939,87
Subsídios, doações e legados à exploração	20	6 433 880,20	6 532 159,41
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias Consumidas	9	(575 326,75)	(537 457,74)
Fornecimentos e Serviços Externos	21	(5 651 876,85)	(6 458 182,54)
Gastos com o Pessoal	22	(8 309 517, 16)	(8 104 039,67)
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor	9, 11	35 414,85	(207,02)
Outros rendimentos e ganhos	24	1 277 304,01	2 954 552,22
Outros gastos e perdas	25	(162 206,49)	(832 621,65)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		890 327,63	1 316 142,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(896 846,04)	(909 137,88)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(6 518,41)	407 005,00
Juros e rendimentos similares obtidos	26	9,74	-
Juros e gastos similares suportados	26	(148 892,70)	(158 559,00)
Resultado antes de impostos		(155 401,37)	248 446,00
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(155 401,37)	248 446,00

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras $% \left(1\right) =\left(1\right) \left(1$





3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

* · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		Valo	res expressos em euros
	Notas	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		8 310 337,99	7 282 549,81
Pagamentos a fornecedores		(6 144 516,21)	(6 688 990,78)
Pagamentos ao pessoal		(8 318 169,95)	(8 035 269,40)
Caixa gerada pelas operações		(6 152 348,17)	(7 441 710,37)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		6 539 412,41	7 463 192,44
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		387 064,24	21 482,07
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(553 366,10)	(270 480,91)
Ativos intangíveis		(16 738,44)	(24 665,00)
Investimentos financeiros		(21 141,14)	(75 997,58)
Outros Ativos		(591 245,68)	(371 143,49)
Recebimentos provenientes de:		(551 245,00)	(371 143,43)
Ativos fixos tangíveis			47,61
Ativos intangíveis		12 000,00	47,01
Investimentos financeiros		12 000,00	5 512,47
Outros Ativos		10 423,27	3 312,47
Subsídios ao investimento		10 425,27	_
Juros e rendimentos similares		9,74	_
Dividendos		3,74	
		22 433,01	5 560,08
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(568 812,67)	(365 583,41)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		151,88	786,17
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		151,88	786,17
Pagamentos respeitantes a:		// 00 500 401	1222 722 7
Financiamentos obtidos		(100 583,40)	(228 798,01)
Juros e gastos similares		(148 892,70)	(158 559,00)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		(249 476,10)	(387 357,01)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(249 324,22)	(386 570,84)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(431 072,65)	(730 672,18)
Efeito das diferenças de câmbio		(151 572,05)	(, 50 0, 2, 10)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 664 197,58	2 394 869,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 233 124,93	1 664 197,58

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras





4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2018

Valores expressos em euros

		Fundos Atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									
		_	Fundos	Reservas	()	Resultados transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedente de Revalorização	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patromoniais
Posição no Início do Período 2017	1	Notas	2 389 029,81	2 489 516,91	-	1 652 451,65	9 756 609,02	-	-	39 098,24	16 326 705,63
Alterações no período Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas			- -	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiro Realização do excedente de revalorização de ativos Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis	15		-	-	-	-	-	-	-	-	-
e intangíveis Ajustamentos em ativos financeiros			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimonia	nis	14	-	-	-	(1 663 457,22)	-	-	-	(39 098,24)	(1 702 555,46)
	2		-	-	-	(1 663 457,22)	-	-	-	(39 098,24)	(1 702 555,46)
Resultado Líquido do Período	3									248 446,00	248 446,00
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3									209 347,76	(1 454 109,46)
Operações com instituidores no período Fundos			_	_	_	_	_	_	_	_	_
Subsídios, doações e legados		14 e 24				_	(213 377,56)				(213 377,56)
Outras operações		14 6 24	-	-	-	-	10 569,47	-	-	-	10 569,47
	5		-	-	-	-	(202 808,09)	-	-	-	(202 808,09)
Posição no Fim do Período 2018	i = 1 + 2 + 3 +	5	2 389 029,81	2 489 516,91	-	(11 005,57)	9 553 800,93	-	-	248 446,00	14 669 788,08

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras





4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2019

Valores expressos em euros

		Fundos Atribuídos aos instituidores da entidade-mae								
		Fundos	Reservas	()	Resultados transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedente de Revalorização	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patromoniais
Posição no Início do Período 2019	1 Notas	2 389 029,81	2 489 516,91	-	(11 005,57)	9 553 800,93	-	-	248 446,00	14 669 788,08
Alterações no período Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Allerações de políticas contabilisticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeira Realização do excedente de revalorização de ativos	is	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos em ativos financeiros Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniai	is 14 e 24	-	-	-	59 093,36	(206 183,25)	-	-	(248 446,00)	(395 535,89)
	2	-	-	-	59 093,36	(206 183,25)	-	-	(248 446,00)	(395 535,89)
Resultado Líquido do Período	3								(155 401,37)	(155 401,37)
Resultado Extensivo	<i>4</i> = <i>2</i> + <i>3</i>								(403 847,37)	(550 937,26)
Operações com instituidores no período										
Fundos Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-		-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2019	i=1+2+3+5	2 389 029,81	2 489 516,91	-	48 087,79	9 347 617,68	-	-	(155 401,37)	14 118 850,82

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras





Anexo às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A União das Misericórdias Portuguesas tem a sua sede na Rua de Entrecampos, nº 9, Lisboa, é uma Associação formada por todas as irmandades da Misericórdia, aprovada canonicamente, que tem por fim orientar, coordenar, dinamizar e representar estas instituições, defendendo os seus interesses, organizando serviços de interesse comum e fomentando entre elas os princípios que formam a base cristã da sua origem. A União das Misericórdias Portuguesas exerce a sua atividade no plano nacional.

Para além do apoio direto às Misericórdias, a UMP gere alguns equipamentos sociais, com especial destaque para a área da deficiência Profunda. O Centro João Paulo II, em Fátima, o Centro Santo Estêvão, em Viseu, e o Centro Luís da Silva, em Borba, foram construídos para acolher e apoiar pessoas portadoras de deficiência profunda. No que respeita à terceira idade, a UMP é responsável pelo Lar Dr. Virgílio Lopes e também pela Academia de Cultura e Cooperação, ambos em Lisboa. Na área da saúde, a UMP conta com a Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias (ESESFM), em Lisboa, a Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI (dedicada especialmente às demências), em Fátima.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo - NCRF-ESNL, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, revisto pelo Decreto nº 98/2015, de 2 de junho e no Aviso nº 218/2015 de 27 de julho, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da UMP são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.





3.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da UMP, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
- Regime do acréscimo: A UMP regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".
- Consistência de apresentação: As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.
- Classificação dos ativos e passivos não correntes: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.
- Passivos contingentes: Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.
- Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.
- Eventos subsequentes: Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.
- Derrogação das disposições do SNC: Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam





aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade;

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos decorrentes de obras de adaptação em edifícios arrendados são reconhecidos como um gasto do período em função do período de arrendamento previsto nos respetivos contratos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes, a partir da data em que se encontrarem disponíveis para uso.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos de vida útil
Edifícios de outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	1-4

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/ promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras





construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do Fundo Patrimonial. Estes ativos não se destinam à produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, enquanto as propriedades de investimento recebidas por doação são registadas ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou de acordo com o valor patrimonial tributário, na ausência de outra determinação de justo valor.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a UMP, sejam controláveis pela UMP e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimado a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação





do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6. Participações financeiras em subsidiárias

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a UMP tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da UMP nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for





positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.7. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de consumo deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder ao seu consumo. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda de imparidade.

O método de custeio dos inventários adotado pela UMP consiste no custo médio.

3.8. Ativos biológicos

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita. Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os ativos biológicos são tratados em dois grandes grupos: ativos biológicos de produção e ativos biológicos consumíveis.

Ativos biológicos de produção

Os ativos biológicos de produção que sejam animais, quando assim reconhecidos, são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

Ativos biológicos consumíveis

Os ativos biológicos consumíveis são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Tal mensuração é o custo nessa data para efeitos de registo em inventários para aplicação, a partir desse momento.

3.9. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.





Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Clientes, utentes e outras contas a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a UMP tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.





Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de





resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.10. Provisões

A UMP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da catividade normal da UMP. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A UMP reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A UMP baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a UMP e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12. Subsídios e doações

Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a UMP cumpre com todas as condições para o receber.





Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação são registados no ativo, ao justo valor, de acordo com o preconizado na Portaria nº 218/2015, de 23 de julho, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade, as doações que estejam associadas a ativos depreciáveis / amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

3.13. Impostos sobre o rendimento

De acordo com o Despacho nº 484/2003, de 27 de setembro de 2003, publicado no Diário da República, nº 279, de 3 de dezembro de 2013 a Direção Geral das Contribuições e Impostos, Isenta a União das Misericórdias Portuguesas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas significativas mais comuns são:

• Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;





- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis e intangíveis;

3.15. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou seja acontecimentos ocorridos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31.12.2019 e 31.12.2018 detalha-se conforme se segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Numerário	12 990,09	12 530,16
Depósitos bancários	1 220 134,84	1 651 667,42
	1 233 124,93	1 664 197,58

Os montante de 1220.134,84 e 1.651.667,42 inclui os seguintes montantes relativos a donativos depositados na conta dos incêndios:

Depósitos bancários	243 244,33	540 134,69
	243 244,33	540 134,69

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício de 2019, deu-se continuidade aos trabalhos de regularização de cadastro e saldos antigos, tendo sido originadas correções relativas a períodos anteriores conforme detalhe nas notas 6 e 11.





6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2019 e de 2018 foi o seguinte:

			2019				
Ativos	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 908 320,89	23 833 694,56	4 504 615,74	1 133 711,93	2 380 081,83	-	33 760 424,95
Aquisições		216 434,44	58 409,54	37 800,00	14 565,55	370 394,84	697 604,37
Alienações				(40 850,00)			(40 850,00)
Transferências							-
Abates					(8 272,45)		(8 272,45)
Outras variações							-
Saldo Final	1 908 320,89	24 050 129,00	4 563 025,28	1 130 661,93	2 386 374,93	370 394,84	34 408 906,87
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial		6 308 824,17	3 849 104,23	969 362,64	2 236 838,52		13 364 129,56
Amortizações do exercício		541 329,59	200 094,50	83 192,16	52 435,61		877 051,86
Alienações				(40 850,00)			(40 850,00)
Transferências							-
Abates					(8 272,45)		(8 272,45)
Outras variações		(8,10)	9 791,93	21 239,56	(40 699,68)		(9 676,29)
Saldo Final		6 850 145,66	4 058 990,66	1 032 944,36	2 240 302,00	-	14 182 382,68
Total dos ativos fixos tangíveis	1 908 320,89	17 199 983,34	504 034,62	97 717,57	146 072,93	370 394,84	20 226 524,19

No exercício de 2019 foi efetuada um ajuste nas amortizações acumuladas no mapa acima em "outras variações" a qual totalizou 9.676,29. Este montante foi regularizado por crédito de resultados transitados.

2010

			2018				
Ativos	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em	Total
Saldo inicial	1 713 587,14	23 267 027,31	4 410 490,89	1 023 630,61	2 346 995,28		32 761 731,23
Aquisições	194 733,75	584 201,25	76 590,85	110 081,32	33 086,55		998 693,72
Alienações							-
Transferências		(17 534,00)	17 534,00				-
Abates							-
Regularizações		-			-		-
Outras variações		-	-		-		-
Saldo Final	1 908 320,89	23 833 694,56	4 504 615,74	1 133 711,93	2 380 081,83		33 760 424,95
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial		4 522 240,47	3 488 547,61	830 690,11	2 031 109,15		10 872 587,34
Amortizações do exercício		530 507,87	204 643,34	75 319,23	64 973,57		875 444,01
Alienações							-
Transferências							-
Abates							-
Regularizações		1 256 075,83	155 913,28	63 353,30	140 755,80		1 616 098,21
Saldo Final		6 308 824,17	3 849 104,23	969 362,64	2 236 838,52		13 364 129,56
Total dos ativos fixos tangíveis	1 908 320,89	17 524 870,39	655 511,51	164 349,29	143 243,31		20 396 295,39

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:





	2013			
Ativos	Programas Computador	Projeto Eficiência Energética	Propriedade Industrial	Total
Saldo inicial	174 363,00	75 188,50	323,06	249 874,56
Aquisições	17 220,00			17 220,00
Abates			(323,06)	(323,06)
Transferências				-
Regularizações		(158,50)		(158,50)
Saldo Final	191 583,00	75 030,00	-	266 613,00
Amortizações Acumuladas				
Saldo inicial	158 750,50	75 030,00	323,06	234 103,56
Amortizações do exercido	19 794,18	-	-	19 794,18
Abates			(323,06)	(323,06)
Transferências				-
Regularizações	(6 665,56)			(6 665,56)
Saldo Final	171 879,12	75 030,00	-	246 909,12
Total dos ativos fixos intangíveis	19 703,88	-	-	19 703,88

No exercício de 2019 foi efetuada um ajuste nas amortizações acumuladas no mapa acima em "regularizações" a qual totalizou 6.665,56. Este montante foi regularizado por crédito de resultados transitados. Foi também efetuada uma regularização de 158,50 no projeto de eficiência energética. Este montante foi regularizado por débito de resultados transitados.

	2018			
Ativos	Programas Computador	Projeto Eficiência Energética	Propriedade Industrial	Total
Saldo inicial	149 698,00	75 188,50	323,06	225 209,56
Aquisições	24 665,00			24 665,00
Transferências				-
Regularizações				-
Saldo Final	174 363,00	75 188,50	323,06	249 874,56
Amortizações Acumuladas				
Saldo inicial	125 056,63	75 030,00	323,06	200 409,69
Amortizações do exercido	33 693,87			33 693,87
Transferências				-
Regularizações				-
Saldo Final	158 750,50	75 030,00	323,06	234 103,56
Total dos ativos fixos intangíveis	15 612,50	158,50	-	15 771,00

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O saldo do investimento em empresa subsidiária, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, apresentavam-se como segue:

	2019									
Associada	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido (2018)	Resultado Líquido (2019)	% detida	Proporção no Resultado	Montante registado	Saldo a 31-12-2019
SECURICŌRDIA - Consultoria e Seguros, Lda.	Lisboa	247 601,22	114 816,13	132 785,09	28 777,25	-	0,25	7 194,31	7 194,31	33 196,28
IN Posterum ACE	Lisboa	101 074,00	6 971,00	94 103,00	(360,00)	(5 537,00)	0,50	(2 948,50)	(2 948,50)	47 051,50
										80 247,78





	2018									
Associada	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido (2018)	Resultado Líquido (2017)	% detida	Proporção no Resultado	Montante registado	Saldo a 31-12-2018
SECURICÓRDIA - Consultoria e Securos, Lda.	Lisboa	212 552,58	8 544,74	204 007,84	_	42 277,86	0,25	10 569,47	10 569,47	51 001,97

A SECURICÓRDIA – Consultoria e Seguros, Lda., tem como atividade principal a mediação de seguros. Os Investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com a NCRF-ESNL. As contas da SECURICÓRDIA, Lda. O valor reconhecido em 2019, tem por base o resultado de 2018, à data de fecho das contas da União ainda não eram conhecidas as contas de 2019 da Securicórdia, Lda.

O In Posterum ACE, agrupamento complementar de empresas tem como objeto melhorar as condições de exercício e resultado das atividades económicas, nas áreas assistencial e da saúde desenvolvidas pelas agrupadas, União das Misericórdias Portuguesas e Montepio Geral – Associação Mutualista, os valores registados têm como base as contas de 2018 e 2019.

9. INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os inventários da UMP eram detalhados conforme se segue:

	2019			2018		
	Montante Bruto	Perdas por imparidade	Montante Liquido	Montante Bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Mercadorias/Livros Portugaliae Misericordiarum	168 730,78	-	168 730,78	172 665,50	-	172 665,50
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	114 698,01	-	114 698,01	113 105,12	-	113 105,12
Total	283 428,79	-	283 428,79	285 770,62	-	285 770,62

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

2019)		
	Mercadorias	MP.Subsídiárias Consumo	Total
Saldo inicial	172 665,50	113 105,12	285 770,62
Compras	-	572 984,92	572 984,92
Regularizações	-	-	-
Saldo final	168 730,78	114 698,01	283 428,79
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	3 934,72	571 392,03	575 326,75





	Mercadorias	MP.Subsídiárias Consumo	Total
Saldo inicial	176 460,10	89 818,15	266 278,25
Compras	-	556 950,11	556 950,11
Regularizações	-	-	-
Saldo final	172 665,50	113 105,12	285 770,62
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	3 794,60	533 663,14	537 457,74

Ativos biológicos

Os ativos biológicos são detalhados conforme se segue:

2019

	Justo Valor	Custo	Total
ANIMAIS			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	41 388,90	-	41 388,90
Variação no justo valor	(5 844,00)	-	(5 844,00)
Saldo final	35 544,90	-	35 544,90

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com o Despacho nº 484/2003, de 27 de Setembro de 2003, publicado no Diário da República, nº 279, de 3 de Dezembro de 2013, a Direção Geral das Contribuições e Impostos, isenta a UMP de IRC em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de maisvalias.

11. ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são descriminados da seguinte forma:

ATIVOS FINANCEIROS	2019	2018
	Montante	Montante
	Líquido	Líquido
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor		
Outras aplicações financeiras	62 362,05	48 415,22
	62 362,05	48 415,22
Ativos financeiros ao custo		
Investimentos financeiros	97 000,00	147 000,00
	97 000,00	147 000,00
Corrente		
Disponibilidades:		
Caixa e depósitos bancários	1 233 124,93	1 664 197,58
	1 233 124,93	1 664 197,58
Ativos financeiros ao justo valor		
Outras aplicações financeiras	19 174,50	19 304,55
	19 174,50	19 304,55
Ativos financeiros ao custo:		
Clientes	1 018 792,79	1 482 924,95
Adiantamentos a Fornecedores	85 417,20	14 482,47
Outras contas a receber	1 597 155,41	1 687 840,29
	2 701 365,40	3 185 247,71
	4 113 026,88	5 064 165,06





Fruto da análise efetuada a saldos antigos foram desreconhecidos saldos em Ativos financeiros, por contrapartida de resultados transitados no montante de 205.535,99.

11.1. Outros ativos financeiros

A rúbrica de "Outras aplicações financeiras" refere-se essencialmente, a instrumentos financeiros corrente e não correntes. As valorizações destes instrumentos encontram-se registados na rúbrica "Aumentos/ (reduções) de justo valor" na Demonstração dos Resultados. Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rúbrica tinha a seguinte composição:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS - CORRENTES	2019	2018
Ações -Millennium BCP	987,84	1 117,89
Multigestão Equilibrada CEMG	16 186,66	16 186,66
Títulos de capital Caixa Agrícola	2 000,00	2 000,00
	19 174,50	19 304,55
	2019	2018
Saldo a 1 de janeiro de 2019	19 304,55	19 511,57
Aquisições no período	-	-
Alienações no período	-	-
Ações -Millennium BCP	987,84	1 117,89
Fundos de participação CEMG	2 000,00	2 000,00
Aumento/diminuição no justo valor	(130,05)	(207,02)
Justo valor a 31 de dezembro	19 174,50	19 304,55

62 362,05 48 415,22

2019

62 362,05

2018

48 415,22

11.2. Clientes/Utentes

Fundos Compensação do trabalho

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS - NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rúbrica Clientes\Utentes tinha a seguinte composição:

		2019		2018
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes Gerais		337 179,77		721 023,72
Total Clientes gerais		337 179,77		721 023,72
Utentes				
Lar Virgílio Lopes		8 431,03		13 927,24
Centro João Paulo II		359 974,04		324 342,23
Centro Santo Estevão		14 958,83		11 974,99
Escola Superior de Enfermagem		44 990,86		158 907,44
UCCI Bento XVI		148 567,62		157 664,52
Centro Luís Silva		104 681,64		95 084,81
Total Utentes		681 604,02		761 901,23
Perdas por imparidade acumula	das	-		-
Total		1 018 783.79		1 482 924.95





11.3. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rúbrica "Outras Contas a Receber" tinha a seguinte composição:

	2019	2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	784 171,49	699 287,68
Outros devedores	812 984,02	988 552,61
Total	1 597 155,51	1 687 840,29

12. FUNDADORES / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rúbrica "Fundadores / Patrocinadores/Associados", tinha a seguinte composição:

	2019	2018
Quotas (Ativo)	448 337,21	477 709,90
Quotas (Passivo)	11 074,73	64 394,73
Total	437 262,48	413 315,17

13. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o saldo da rúbrica "Diferimentos", tinha a seguinte composição:

Diferimentos (Ativo)	2019	2018
Rendas	-	-
Seguros	69 439,79	60 845,01
Outros gastos a reconhecer	17 392,04	12 627,06
Total	86 831,83	73 472,07
Diferimentos (Passivo)	2019	2018
Mensalidades e outras receitas	720,00	720,00
Eventos turícórdia	88 120,00	-
Projeto Capacitação	572 878,77	764 646,32
Projetos Formação Profissionais de Saúde	115 750,51	-
Donativos incêndios	243 244,33	519 682,43
Total	1 020 713,61	1 285 048,75





Na sequência dos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Góis, Pampilhosa da Serra e Penela a UMP recolheu donativos no âmbito da campanha de mobilização para apoio humanitário e social à população afetada pelos incêndios florestais. O montante de 243.244,33 euros, contabilizado como diferimento passivo, diz respeito ao montante de donativos recebidos e que ainda se encontra pendente de execução financeira. A intervenção da UMP no âmbito deste programa é detalhada em relatório autónomo publicado em conjunto com as suas demonstrações financeiras.

14. FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os movimentos ocorridos na rúbrica "Resultados Transitados" analisa-se como se segue:

	2019	2018
1 de janeiro	(11 005,57)	1 652 451,65
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	248 446,00	39 098,24
Regularizações	(189 352,64)	(1 702 555,46)
Total em 31 de dezembro	48 087,79	(11 005,57)

Durante o exercício de 2019, foi identificada a necessidade de registo de regularizações nesta rúbrica de resultados transitados, e cujo impacto ascendeu a -189.352,64 ver notas 6 e 11.

Outras variações nos fundos patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos na rúbrica " Outras variações nos fundos patrimoniais analisa-se como se segue:

	Subsídios ao investimento	Doações	Lucros não atribuídos	Outras	Total
1 de janeiro 2018	7 543 039,14	1 357 160,56	29 844,55	826 564,77	9 756 609,02
Aumentos	-		-		-
Reconhecimento em proveitos	(213 377,56)		10 569,47		(202 808,09)
Regularizações					-
Total em 31 de dezembro 2018	7 329 661,58	1 357 160,56	40 414,02	826 564,77	9 553 800,93
1 de janeiro 2019	7 329 661,58	1 357 160,56	40 414,02	826 564,77	9 553 800,93
Aumentos					-
Reconhecimento em proveitos	(213 377,56)		7 194,31		(206 183,25)
Regularizações					
Total em 31 de dezembro 2019	7 116 284,02	1 357 160,56	47 608,33	826 564,77	9 347 617,68

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. No exercício de 2019 foi reconhecido como proveitos um





montante de 213.377,56 euros.

15. PROVISÕES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada como se segue:

			2018		
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Processos Judiciais em curso	93 011,75	-	-	-	93 011,75
Total em 31 de dezembro 2018	93 011,75	-	-	-	93 011,75
			2019		
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Processos Judiciais em curso	93 011,75	-	-	-	93 011,75
Total em 31 de dezembro 2019	93 011,75	_	-	_	93 011,75

Esta provisão foi criada em 2015, e corresponde ao valor dos juros a suportar com garantias bancárias associadas a processos a decorrer contra a Autoridade Tributária.

16. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rúbricas de "Fornecedores e de "Outras contas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Passivos financeiros	2019	2018
Não corrente		
Outras contas a pagar		
Total	-	-
Corrente		
Fornecedores, conta corrente	1 135 711,38	978 238,60
Outras contas a pagar:		
Férias, Subsídios férias e outros encargos c/pessoal (1)	1 058 954,00	1 063 120,80
Fornecedores de imobilizado (2)	3 205 003,10	3 060 764,86
Outros credores	943 317,80	1 341 227,09
	5 207 274,90	5 465 112,75
Total	6 342 986,28	6 443 351,35

⁽¹⁾ Férias, subsídios de férias e respetivos encargos, relativos ao exercício em análise, cujo vencimento e fluxo financeiro só irá ocorrer no exercício seguinte.

⁽²⁾ Na rúbrica fornecedores de imobilizado o valor de 3.005.744,24 euro diz respeito às obras de remodelação da sede da UMP, ao fornecedor Edivisa-Empresa de Construções, S.A. – Grupo Visabeira. A dívida tem como suporte um contrato de permuta de terrenos entre a UMP e a Visabeira, o qual ainda não foi executado pela Visabeira.





17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

Valor em Dívida a 31-12-2019

	Valor do			
Intituições Financeiras	Empréstimo	Total em dívida	Corrente	Não corrente
CEMG	2 500 000,00	1 110 086,41	189 796,20	920 290,21
CCAM	2 500 000,00	1 193 718,39	198 092,32	995 626,07
CCAM	510 000,00	510 000,00	510 000,00	-
CCAM	786,17	786,17	786,17	-
Novo banco	377 000,00	377 000,00	377 000,00	-
Montepio Geral	210 000,00	210 000,00	210 000,00	-
Millennium BCP	360 000,00	360 000,00	360 000,00	-
Millennium BCP	151,88	151,88	151,88	-
Locações Financeiras (1)	145 497,89	120 494,70	55 742,35	64 752,35
Total	6 603 435,94	3 882 237,55	1 901 568,92	1 980 668,63

Valor em Dívida a 31-12-2018

	V 1 1			
	Valor do			
Intituições Financeiras	Empréstimo	Total em dívida	Corrente	Não corrente
CEMG	2 500 000,00	1 305 183,63	191 393,42	1 113 790,21
CCAM	2 500 000,00	1 385 779,69	192 361,90	1 193 417,79
CCAM	470 000,00	470 000,00	470 000,00	-
CCAM	786,17	786,17	786,17	-
Novo banco	377 000,00	377 000,00	377 000,00	-
Millennium BCP	300 000,00	300 000,00	300 000,00	-
Locações Financeiras (2)	241 560,09	143 919,58	50 392,10	93 527,48
Total	6 389 346,26	3 982 669,07	1 581 933,59	2 400 735,48

Locações financeiras

O valor das locações financeiras dizem respeito aos seguintes contratos:

(1)			2019		
Contrato	Data início	Data fim	Viatura	Valor contrato	Valor em dívida
21845	05-04-2016	05-04-2020	02-QX-29	27 134,99	1 320,29
23482	20-12-2016	20-12-2020	65-SF-18	76 000,00	14 528,28
000506-4	15-07-2017	15-07-2021	32-TC-99	14 171,89	5 661,32
000507-2	15-07-2017	15-07-2021	12-TC-26	14 171,89	5 660,66
44.000523-9	05-08-2018	05-08-2022	86-VB-35	38 112,77	21 165,73
400123162	07-11-2018	07-11-2022	06-VQ-69	14 396,91	10 416,78
400123162	07-11-2018	07-11-2022	06-VQ-17	14 396,91	10 416,79
400123153	25-10-2018	25-10-2022	63-VO-09	22 995,90	13 527,33
400123161	15-12-2018	15-12-2022	12-VT-27	20 178,83	12 521,56
400125090	04-04-2019	04-04-2023	14-XI-87	30 731,17	25 275,96
Total				272 291,26	120 494,70





2018

Contrato	Data início	Data fim	Viatura	Valor contrato	Valor em dívida
21845	05-04-2016	05-04-2020	02-QX-29	27 134,99	6 527,39
23482	20-12-2016	20-12-2020	65-SF-18	76 000,00	28 634,42
000506-4	15-07-2017	15-07-2021	32-TC-99	14 171,89	9 123,63
000507-2	15-07-2017	15-07-2021	12-TC-26	14 171,89	9 123,63
44.000523-9	05-08-2018	05-08-2022	86-VB-35	38 112,77	28 558,45
400123162	07-11-2018	07-11-2022	06-VQ-69	14 396,91	13 807,82
400123162	07-11-2018	07-11-2022	06-VQ-17	14 396,91	13 807,82
400123153	25-10-2018	25-10-2022	63-VO-09	22 995,90	17 930,87
400123161	15-12-2018	15-12-2022	12-VT-27	20 178,83	16 405,55
Total				241 560,09	143 919,58

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e em 2018 as rubricas "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre rendimentos Pessoas				
Singulares (IRS)	555,00	67 877,48	461,25	80 291,81
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	479 028,10	21 327,70	529 758,96	62 201,59
Contribuições para a segurança social	0,02	216 365,89	0,02	198 556,49
Outros Impostos	5 921,91	4 704,78	5 261,02	20 353,64
Total	485 505,03	310 275,85	535 481,25	361 403,53

Em 31 de dezembro de 2019, o Imposto sobre o Valor Acrescentado apresenta um saldo no Ativo no montante de 479.028,10 dos quais 52.904,17 diz respeito à restituição do IVA suportado pela UMP na construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, elementos do ativo fixo tangível e aquisições de bens ou serviços de alimentação, ao abrigo do Decreto-Lei n°87/2017, de 21 de julho, e referente à restituição de IVA Suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação da área social (n.º 3 da Lei n.º 85-B/2014 de 31 de dezembro. O valor de 52.904,17 diz respeito a:

	2019	2018
	Alimentação, Serv.Construção, e Aquisição Imobilizado	Alimentação, Serv.Construção, e Aquisição Imobilizado
Saldo em 1 de janeiro	102 429,16	37 974,01
Pedidos de restituição	116 257,83	64 455,15
Total	218 686,99	102 429,16
Restituições pagas	165 782,82	-
Saldo em 31 de dezembro	52 904,17	102 429,16





A conta 2437 iva a recuperar no total de 13.306,09 diz respeito a valores cujos pedidos de restituição foram efetuados em 2020.

A conta 2439 - Processos Judiciais em Curso, apresenta um valor de 412.817,84, referente ao valor que se encontra em processo contra a Autoridade Tributária.

19. RÉDITO

O rédito reconhecido pela UMP nos exercícios de 2019 e 2018 é descrito da seguinte forma:

	2019	2018
Vendas de bens	111 968,37	97 644,76
Prestação de serviços		
Estabele. para Criancas e Jovens Com Deficiencias	1 472 238,08	1 447 532,31
Invalidez e Reabilitacao	226 152,29	221 524,05
Terceira Idade	529 101,31	529 868,20
Unidade de cuidados continuados	1 755 523,02	1 657 457,75
Ensino Médio e Superior	1 510 194,74	1 351 385,46
Quotizações	925 414,06	872 654,14
Outros	1 312 063,95	1 583 873,20
	7 730 687,45	7 664 295,11
Total	7 842 655,82	7 761 939,87

20. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a UMP beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	2019	2018
Subsídios à Exploração		
Instituto Segurança Social		
Estabele. para Crianças e Jovens Com Deficiências	4 185 717,88	4 050 665,82
Invalidez e Reabilitação	863 397,90	831 069,12
Familia e Comunidade	16 172,50	29 307,50
Terceira Idade	177 376,05	175 685,40
ISS-Outros	358 490,58	346 367,71
Outros:		
IEFP	21 560,25	21 799,11
DRELL	115 328,98	91 829,67
IFAP	25 815,51	24 884,24
POISE/FSE	175 760,55	206 615,84
Heranças	-	753 935,00
Outros subsídios	494 260,00	-
Total	6 433 880,20	6 532 159,41





As comparticipações do Instituto de Segurança social, estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela UMP, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços comparticipados.

Em 31 de dezembro de 2019 encontra-se registado na rubrica "Poise/FSE" um montante de 175.760,55 euros, relacionado com o subsídio para o Projeto Capacitação Institucional – Fase II, da União das Misericórdias Portuguesas, o qual teve o seu início em 16 de Março de 2018.

O valor registado em "Outros subsídios" no total de 494.260,00 euros,diz respeito a valores recebidos da Misericórdia de Macau, para a realização do XII Congresso Internacional das Misericórdias .

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme segue:

	2019	2018
Subcontratos	695 054,50	106 253,00
Trabalhos especializados	1 936 444,32	1 993 726,71
Publicidade e propaganda	6 232,32	6 974,74
Vigilância e segurança	17 477,74	20 299,69
Honorários	710 863,99	928 480,26
Conservação e reparação	697 028,83	1 728 305,44
Serviços bancários	29 321,06	21 961,66
Outros materiais	88 158,32	85 617,49
Eletricidade	261 285,57	267 286,15
Combustíveis	283 356,49	237 683,38
Água	61 360,51	55 418,40
Deslocações, estadas e transportes	158 850,95	182 618,90
Rendas e alugueres	112 867,14	167 748,84
Comunicação	115 277,59	109 268,37
Seguros	45 251,02	29 749,70
Contencioso e notariado	1 309,04	4 331,43
Despesas de Representação	509,48	807,24
Limpeza, higiene e conforto	278 009,66	376 800,03
Outros serviços	153 218,32	134 851,11
Total	5 651 876,85	6 458 182,54

Os "Fornecimentos e serviços externos" incluem gastos com os incêndios nas seguintes rúbricas:

	2019	2018
Trabalhos especializados	-	49,82
Honorários	-	492,00
Conservação e reparação	433 286,33	1 523 293,19
Total Incêndios	433 286,33	1 523 835,01

22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e





2018 é detalhada conforme segue:

	2019	2018
Remunerações certas	4 879 912,60	4 773 281,64
Remunerações adicionais	1 686 860,19	1 628 933,97
Outras remunerações	101 949,99	80 270,39
Encargos com remunerações	1 391 148,79	1 357 251,95
Seguros trabalho e doenças profissionais	140 537,15	96 186,56
Outros gastos com o pessoal	109 108,44	168 115,16
Total	8 309 517,16	8 104 039,67

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ascendeu a 565 e 567, respetivamente.

23. (GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 2018 é conforme segue:

	2019	2018
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	877 051,86	875 444,01
Ativos fixos intangíveis (Nota 7)	19 794,18	33 693,87
Total	896 846,04	909 137,88

24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rúbrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 2018 é conforme segue:

	2019	2018
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	3 587,19	2 543,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 115,23	1 163,13
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	22 423,27	5 560,08
Correções relativas a períodos anteriores	17 547,35	-
Imputação de subsídios para investimentos	213 377,56	213 377,56
Outros	1 019 253,41	2 731 907,95
Total	1 277 304,01	2 954 552,22

O montante de 1.019.253,41, referente a "Outros", inclui o montante de 523.451,03, referente ao reconhecimento de donativos, no âmbito da mobilização para apoio às vítimas dos incêndios, dos quais 246.810,98 euros recebidos da Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do protocolo de colaboração na aplicação de recursos para apoio às vítimas dos incêndios, e 276.640,05 da UMP. Em 2019 a Fundação Calouste Gulbenkian esgotou os seus fundos dai a sua comparticipação ter sido inferior a 50%.

25. OUTROS GASTOS E PERDAS





A decomposição da rúbrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 2018 é conforme segue:

	2019	2018
Impostos	107 796,95	335 250,28
Correções relativas a períodos anteriores	10 714,46	17 563,53
Donativos	14 550,54	464 740,98
Quotizações	3 085,32	5 658,83
Outros	26 059,22	9 408,03
Total	162 206,49	832 621,65

Os "Outros gastos e perdas" incluem gastos com os incêndio nas respetivas rúbricas:

	2019	2018
Impostos	90 164,70	317 575,24
Donativos	0,00	453 586,80
	90 164,70	771 162,04

26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 2018 são detalhados conforme segue:

	2019	2018
Juros suportados		
Financiamentos bancários	95 660,26	105 924,18
Outros gastos de financiamentos	53 232,44	52 634,82
Total	148 892,70	158 559,00

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 2018 são detalhados conforme segue:

	2019	2018
Juros Obtidos	9,74	
Depósitos em instituições de crédito	-	-
Total	9,74	-

27. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Em 10 de fevereiro de 2020 foi proferida sentença pelo Tribunal Tributário de Lisboa no âmbito de uma ação administrativa especial movida pela UMP contra a Autoridade Tributária e Aduaneira, conforme divulgado na nota 18. A ação foi julgada totalmente procedente condenando a Autoridade Tributária e Aduaneira a restituir à UMP o valor da mesma.

Como é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março a OMS declarou o





surto do novo coronavírus como pandemia. Existem já notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Existem adicionalmente notícias que indiciam a eminência de uma retração económica geral. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade da Entidade, apresentam-se à data incertos.

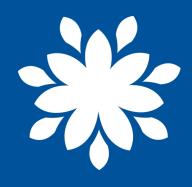
Na sequência das orientações resultantes do alerta da OMS (Organização Mundial de Saúde) a UMP, seguindo a Orientação n.º 006/2020, de 26 de fevereiro de 2020, emitida pela Direção Geral de Saúde, apresentou um Modelo Adaptativo para Plano de Contingência, para que fossem adotadas as medidas necessárias à concretização e implementação do mesmo nas respetivas Misericórdias.

A UMP articulou com a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) procedimentos para a aquisição de máscaras cirúrgicas na China num momento em que a maioria das instituições vive problemas de escassez de equipamento de proteção individual.

A Misericórdia de Macau foi a primeira a disponibilizar ajuda, doou um milhão de máscaras à UMP para distribuição às Misericórdias em Portugal no combate à pandemia, da Suíça em meados de abril chegou uma doação de 250 mil francos suíços da relojoeira Rolex, com vista à aquisição de equipamentos de proteção pessoal (EPI), e a Beiersdorf, produtora da marca Nívea efetuou um donativo de 15.000,00 euros.

Em todo o território nacional a sociedade civil foi chamada a ajudar através do movimento SOS.Covid19.Portugal que lançou, através das redes sociais, uma campanha de angariação de fundos para aquisição de EPI para os lares e unidades de cuidados continuados das Misericórdias. Pequenas e grandes empresas, particulares e pessoas no estrangeiro aderiram em massa ao movimento, criado por oito amigas, que já permitiu, em articulação com a UMP, entregar milhares de luvas, máscaras, fatos de proteção individual e outros EPI em dezenas de Misericórdias.





UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS